

Cronologia 2

O processo revolucionário russo

1917

Janeiro-fevereiro – O número de greves na Rússia chega a 1.330, envolvendo mais de 676 mil trabalhadores. A fome e a insatisfação com a guerra levam a população às ruas em Petrogrado e Moscou. Multidões marcham cantando a *Marseillaise*, o hino da Revolução Francesa, e gritando “abaixo a guerra”, “abaixo a polícia”, “fuzilem os especuladores”. Na Nevsky Prospekt, principal via de Petrogrado, um manifestante bolchevique testemunha e relata a recusa de soldados a reprimir um protesto: “Ouviram-se estrondoso aplauso. A multidão triunfante saudou seus irmãos vestidos com a capa cinzenta da soldadesca. Os soldados se misturaram livremente aos manifestantes.”

23 de fevereiro (8 de março) – A Liga Ravnopravia Jenschin (Liga pela Igualdade de Direitos das Mulheres) promove uma passeata para marcar o Dia Internacional da Mulher: milhares de operárias têxteis protestam contra a fome, denunciam o governo czarista e reivindicam o direito de votar. Ao longo do dia, a manifestação é engrossada por operários em greve, estudantes, militantes socialistas. Em vez de se esgotar, o protesto é retomado no dia seguinte e várias fábricas param. Em 25 de fevereiro se estabelece a greve geral na cidade.

25 de fevereiro (10 de março) – O czar Nicolau II ordena que a guarnição de Petrogrado elimine imediatamente “as desordens”. Há alguns tiroteios e prisões, mas os batalhões de reserva do regimento Volynsky se amotina. A repressão é enfraquecida pela recusa das tropas a atirar contra os manifestantes, sob a alegação de que são soldados e não policiais (talvez lembrando das consequências funestas da matança do Domingo Sangrento de 1905).

26 de fevereiro (11 de março) – A Duma propõe ao czar a formação de um novo governo, de regime constitucional e com ministros submetidos à confiança do Poder Legislativo. O czar imediatamente dissolve a Duma.

27 de fevereiro (12 de março) – Soldados confraternizam com operários nas ruas de Petrogrado, o que deixa o governo totalmente impotente ante as manifestações populares, que imediatamente se alastram. Os regimentos se amotina e se unem aos manifestantes. Operários e soldados invadem o Palácio Tauride, sede da Duma. Manifestantes presos nos dias anteriores são libertados. O Soviete de Deputados Operários é recriado. Os deputados da Duma dissolvida criam um comitê provisório

para organizar um governo que possa ser aceito pelo povo. É o início da Revolução de Fevereiro.

28 de fevereiro (13 de março) – O Comitê Provisório ordena a prisão dos ministros do czar. O Soviete, ainda se organizando, publica a primeira edição de seu jornal, *Izvestia* (Notícias).

1º de março (14 de março) – O Soviete de Petrogrado edita a “Ordem nº 1”, que decreta a eleição de comitês de soldados em todas as unidades militares e assume o comando das tropas; as ordens do Comitê Provisório só devem ser seguidas se não estiverem em contradição com os decretos e resoluções soviéticos. O Soviete de Moscou faz sua primeira sessão.

2 (15) de março – Pressionado, o czar abdica e o comitê da Duma institui o Governo Provisório, dominado por constitucionalistas. O príncipe Georgy Lvov (1861-1925), do Partido Kadet, é seu presidente. Miliukov assume o Ministério das Relações Exteriores e o conservador Alexander Guchkov (1862-1936), o da Guerra. O socialista-revolucionário Kerensky, único representante da esquerda no governo, torna-se ministro da Justiça. O Soviete de Deputados Operários de Petrogrado, cuja presidência fica com os mencheviques, é logo transformado em Soviete de Deputados Operários e Soldados, com o acréscimo de delegados dos comitês de soldados vindos de unidades militares de Petrogrado em rebelião contra seus oficiais. O rápido aumento do número de delegados soldados torna-os majoritários neste período inicial da revolução, o que faz o predomínio no soviete passar ao Partido Socialista Revolucionário. Ao mesmo tempo, isso torna este soviete mais amplo e mais forte que o de 1905. No campo, a contrapartida do movimento soviético é a formação dos Comitês da Terra, que surgem como organizações próprias dos camponeses e passam a tomar as terras. Entre o Governo Provisório e os sovietes instala-se um regime de duplo poder, cujas contradições, insuperáveis, se resolverão com a vitória dos sovietes.

O regime de duplo poder significa fundamentalmente que desde o início da crise política está em marcha a revolução proletária, e não a revolução burguesa. É secundário o fato de a fantasmagórica Duma ter conseguido criar um governo burguês inicialmente aceito por todas as lideranças do movimento de massas, bolcheviques inclusos (até abril). Porque, mesmo na conciliação, o movimento da classe operária se mantém organizado separadamente da burguesia. E também porque o campesinato, embora sob a liderança do Partido Socialista Revolucionário, defensor do Governo Provisório, não se dá por impedido de tomar terras. Aliás, os historiadores que discutem o duplo poder na Rússia de 1917 (Trotsky, por exemplo) fundam-no exclusivamente nos sovietes de operários e soldados, tratando os Comitês da Terra como força cega arrastada pelo movimento operário. Na realidade, a tomada das terras ocorre de março a outubro sem apoio dos sovietes urbanos e contra a direção central (SR) do movimento camponês. Este impõe seu próprio poder no campo, na forma fragmentada possível da situação que vive. Isso não quer dizer que haja “triplo”

poder nesta revolução, pois o poder real dos camponeses está nos soldados representados nos soviets urbanos, mas sim que o duplo poder é instaurado por uma dupla revolução. É por causa desse movimento geral do povo russo que a dominação burguesa se torna logo insustentável, todo o processo ocorrido de Fevereiro a Outubro não sendo mais que um amadurecimento do movimento de massas, que evolui de uma aceitação inicial do Governo Provisório montado pela burguesia até chegar à disposição de tomar o poder central; amadurecimento que se expressa principalmente no crescimento da influência bolchevique.

6 (19) de março a 2 (15) de abril – O Governo Provisório promete uma Assembleia Constituinte eleita por sufrágio universal e nomeia um comitê para prepará-la. Também declara anistia aos presos políticos. As organizações socialistas saem da clandestinidade e passam a trabalhar abertamente. Os bolcheviques Yakov Sverdlov (1885-1919), Josef Stalin (1878-1953) e Lev Kamenev (1883-1936), que cumpriam penas de desterro na Sibéria, chegam a Petrogrado no começo de março. Stalin e Kamenev assumem a direção do partido, que adota a linha de apoio condicional e crítico ao Governo Provisório.

3 (16) de abril – Lenin, que estava exilado na Suíça, volta a Petrogrado com sua mulher, Nadezhda Krupskaya (1869-1939), Grigori Zinoviev (1883-1936) e outros bolcheviques. Já na chegada, entra em choque com a direção do partido. É contra o apoio ao Governo Provisório, mesmo condicional, defende a entrega do poder aos soviets, “a única forma possível de governo revolucionário”, e a necessidade de encerrar a guerra a qualquer custo, mesmo que isso implique a vitória da Alemanha, posição que fica conhecida como “derrotismo revolucionário”. Nos dias seguintes, publica suas Teses de Abril e passa a trabalhar para convencer o partido.

20 e 21 de abril (3 e 4 de maio) – Uma nota oficial de Miliukov aos governos aliados, reafirmando o engajamento da Rússia na 1ª Guerra ao lado da Entente, vem a público. A carta provoca furor contra o Governo Provisório, que prometera se engajar pela paz ao assumir, e grandes manifestações de protesto ocorrem em Petrogrado – são as Jornadas de Abril. Miliukov se demitirá em 2 (15) de maio.

21 de abril (4 de maio) – O Governo Provisório regulamenta os Comitês da Terra. Estes são submetidos a um comitê central agrário, que se encarregará de propor uma reforma no campo. A aprovação dessa reforma, porém, caberá à futura Assembleia Constituinte.

24 a 29 de abril (7 a 12 de maio) – Na 7ª Conferência do Partido Bolchevique, a primeira realizada legalmente, Lenin consegue a aprovação do essencial de suas Teses de Abril: oposição ao Governo Provisório e luta para passar o poder aos soviets.

Até a intervenção de Lenin, a direção bolchevique pouco se diferenciava dos mencheviques na relação com o Governo Provisório. A súbita confluência política das direções social-democratas e socialista revolucionária sob o choque

da explosão social de fevereiro expusera sua raiz comum, que as ligava diretamente ao movimento operário ocidental e indiretamente às massas exploradas e oprimidas da Rússia. Mas se Lenin consegue impor sua posição contra a maioria da direção, é porque a base bolchevique havia sido formada num espírito mais combativo. Esse espírito vem de uma camada da *intelligentsia* com menores chances de ascensão social e, por isso, mais disposta à luta clandestina e ligada a um segmento mais radical do movimento operário. A partir deste momento, o Partido Bolchevique se torna um polo de atração do movimento operário e da intelectualidade radical, hostis ao Governo Provisório, que tendem a crescer. A adesão de Trotsky e sua corrente é uma resultante disso.

4 a 28 de maio (17 de maio a 10 de junho) – Congresso Pan-Russo de Deputados Camponeses, organizado pelos SRs. Não é um congresso de soviets, mas sim dos Comitês da Terra. O congresso pronuncia-se pela entrega da terra aos camponeses sem pagamento de resgate. Mas a direção SR continua a se pronunciar publicamente contra a tomada imediata das terras, que já está em andamento espontaneamente.

5 (18) de maio – Como consequência das Jornadas de Abril, forma-se o segundo Governo Provisório, desta vez de coalizão. O príncipe Lvov continua na presidência, mas o gabinete passa a ter seis ministros socialistas revolucionários e mencheviques, entre eles o SR Viktor Chernov, que fica com a pasta da Agricultura, e o menchevique Irakli Tsereteli (1881-1959), que assume os Correios e Telégrafos. Kerensky torna-se ministro da Guerra no lugar de Guchkov, que se demite. O novo governo promete se engajar pela paz sem anexações e pela reforma agrária. Nesse mesmo dia, Trotsky, que estava no exterior, chega a Petrogrado.

25 de maio (7 de junho) – O Partido Socialista Revolucionário faz seu 3º Congresso Nacional, em Moscou. A direção SR consegue manter o partido alinhado ao Governo Provisório, apesar da resistência dos SRs mais à esquerda, acentuando a divisão interna entre radicais e moderados.

3 a 24 de junho (16 de junho a 7 de julho) – O 1º Congresso Pan-Russo dos Sovietes reúne 822 delegados: 285 socialistas revolucionários, 248 mencheviques, 105 bolcheviques, 32 mencheviques internacionalistas e os restantes de grupos socialistas menores ou sem partido. É criado um comitê permanente dos soviets, o Comitê Central Executivo dos Sovietes de Toda a Rússia (VTsIK, na abreviação russa), cuja composição é proporcional ao número de delegados de cada partido. Além de ficar com o comando do VTsIK, a maioria SR e menchevique consegue aprovar a manutenção do apoio ao governo de coalizão. No campo, a partir deste momento, multiplicam-se as ocupações violentas de terras, com pilhagem de mansões senhoriais. Os bolcheviques são a única força política que afirma claramente seu apoio a essas ocupações. No Governo Provisório, Lvov e os ministros kadets não aceitam as propostas de reformas dos socialistas e se demitem, abrindo uma crise. Kerensky ordena uma ofensiva russa no front alemão, que é derrotada em poucos dias, mas provoca enorme descontentamento popular.

3 e 4 (16 e 17) de julho – Jornadas de Julho. Violentas manifestações desencadeadas pelos marinheiros da base naval de Kronstadt, onde predominam bolcheviques, anarquistas e mencheviques de esquerda, que exigem a demissão do Governo Provisório. O protesto é sufocado e nos dias que se seguem o Governo Provisório ordena a prisão de vários dirigentes bolcheviques e fecha o jornal do partido, o *Pravda* (Verdade). Lenin volta à clandestinidade e vai para a Finlândia, com Zinoviev. Kamenev e Trotsky, entre outros, são detidos.

24 de julho (6 de agosto) – Depois de mais de um mês de crise e negociações forma-se o terceiro Governo Provisório de coalizão, agora de maioria socialista (SR e menchevique), sob a presidência de Kerensky, com o acordo dos soviets. Kerensky nomeia o general Lavr Kornilov (1870-1918) comandante-chefe do Exército. O governo marca para setembro as eleições à Assembleia Constituinte, mas duas semanas depois as adia para novembro. De resto, não consegue realizar nenhuma das reformas prometidas desde fevereiro e se vê cada vez mais enfraquecido frente ao caos crescente provocado pelo desabastecimento, a carestia e as derrotas na guerra e suas consequências: greves, deserções no front, motins e manifestações de protesto nas cidades.

26 de julho (8 de agosto) a 3 (16) de agosto – O 6º Congresso do Partido Bolchevique ratifica a adesão de vários grupos independentes, que vinha sendo negociada. Entre eles, integra-se ao partido a organização Interdistritos, de Trotsky, assim como correntes de mencheviques internacionalistas. O congresso elege um comitê central representativo da fusão, que, além de Lenin (ausente), inclui, entre outros, Sverdlov, Stalin, Zinoviev, Kamenev, Nikolai Bukharin (1888-1938) e, dos recém-chegados, Trotsky e Moisei Uritsky (1873-1918). Sverdlov é eleito secretário do CC, cargo que ocupará até sua morte, em março de 1919.

25 a 27 de agosto (7 a 9 de setembro) – Tentativa de golpe do general Kornilov, que envia suas tropas contra Petrogrado. Kerensky se vê incapaz de dar uma resposta militar e é o Soviete que organiza a defesa da cidade, a partir das Guardas Vermelhas e principalmente da guarnição de Kronstadt, chamada pelo VTsIK. O golpe é desarticulado pelos próprios soldados de Kornilov, cujos comitês organizam um amplo boicote de suas ordens. O episódio marca a radicalização do Soviete, que liberta os líderes socialistas presos depois das Jornadas de Julho e arma as Guardas Vermelhas. Também muda a situação dos bolcheviques, cuja popularidade cresce enormemente.

1º (14) de setembro – Proclamação da república pelo governo Kerensky.

A república e um governo de maioria socialista, sem um príncipe na presidência do Conselho de Ministros, estão além do aceitável para a burguesia liberal russa, que, após ver frustradas suas esperanças em Kornilov, perde a iniciativa política, enquanto Kerensky vai perdendo a capacidade de governar.

9 (22) de setembro – Os bolcheviques crescem mais de 50% nas eleições ao Soviete de Petrogrado e se tornam maioria – Trotsky assumirá sua presidência. Duas semanas

depois, os bolcheviques serão direção também no Soviete de Moscou. Os de Kiev, Saratov e Ivanovo-Voznessensk seguem o mesmo rumo.

É a resposta do movimento operário e dos soldados rebelados à insistência dos SRs e mencheviques em unir-se a uma burguesia liberal incapaz de se descolar da herança czarista.

14 a 22 de setembro (27 de setembro a 5 de outubro) – O VTsIK, sob controle de mencheviques e SRs, convoca a Conferência Democrática, com o objetivo de articular um novo governo provisório, em substituição ao de Kerensky. A ampla participação de delegados de cooperativas, *zemstvos*, conselhos rurais e outros órgãos garante uma maioria moderada (os bolcheviques são menos de 10% do total), mas ainda assim a conferência não consegue chegar a um acordo, principalmente sobre a conveniência de continuar com governos de coalizão. No fim, decide constituir um novo organismo provisório, que chama de Pré-Parlamento, para funcionar até a instalação da Constituinte.

25 de setembro (8 de outubro) – Kerensky forma o quarto Governo Provisório, mais uma vez de coalizão, antecipando-se à instalação do Pré-Parlamento. A entrada dos SRs e mencheviques nesse governo esvazia o Pré-Parlamento.

7 (20) de outubro – Sessão inaugural do Pré-Parlamento e retirada dos bolcheviques, que optam por boicotá-lo. Porque, não estando contraposto ao novo governo de Kerensky, o Pré-Parlamento passa a ser uma terceira instituição de governo, totalmente supérflua, entre as duas principais, que exercem o duplo poder: o Governo Provisório e os sovietes.

10 (23) de outubro – Diante do vazio político criado com o fracasso do Pré-Parlamento, o Comitê Central bolchevique decide preparar a insurreição, por iniciativa de Lenin, que voltara a Petrogrado justamente para tentar convencer o partido. A discussão é marcada por fortes discordâncias, mas no fim a insurreição é aprovada por dez votos a dois.

É uma cartada arriscada de Lenin, porque uma revolução realizada ofensivamente, por assalto ao poder, sempre perde um pouco de legitimidade aos olhos de uma parte do movimento popular. Mas, aos olhos de Lenin (e de Trotsky e de Rosa Luxemburgo), é dever do partido revolucionário organizar o levante armado quando a luta por outros meios chega ao ponto máximo e a relação de forças é favorável. Por outro lado, o argumento dos que discordam do assalto bolchevique ao poder é fraco: o caráter democrático-burguês da revolução russa. Ora, as tarefas da revolução democrático-burguesa cabem aos que se dispõem a fazer a revolução, não necessariamente à burguesia.

12 (25) de outubro – O Soviete de Petrogrado cria o Comitê Militar Revolucionário, que se encarregará ao longo do mês de organizar a insurreição.

22 e 23 de outubro (4 e 5 de novembro) – O Comitê Militar Revolucionário de Petrogrado contrapõe-se ao Estado-Maior do Exército, exigindo que as ordens deste só sejam aceitas com seu aval. O governo manda o cruzador Aurora levantar âncora e partir e o Soviete rescinde a ordem. No dia seguinte, o comitê envia delegados a todas as unidades militares da capital – a guarnição da Fortaleza de Pedro e Paulo, a única que ainda não se decidira, se alinha com o Soviete.

24 de outubro (6 de novembro) – O governo Kerensky decide lançar o aparelho policial em socorro da autoridade do Estado-Maior do Exército e ordena a prisão dos líderes do Comitê Militar Revolucionário e dos organizadores do 2º Congresso Pan-Russo dos Sovietes, marcado para o dia seguinte. Também manda suprimir os jornais da esquerda e determina o deslocamento de tropas leais e cadetes da Academia Militar para a capital. Nenhuma das decisões tem efeito. Durante todo o dia, o Soviete distribui armas aos trabalhadores e define seu plano para a insurreição.

25 de outubro (7 de novembro) – A revolução começa de madrugada. Destacamentos de guardas vermelhos ou marinheiros de Kronstadt ocupam postos-chave, assumindo o controle da capital. Kerensky vai para o front, arregimentar tropas para tentar recuperar o poder. O desencadeamento da revolução se dá como movimento defensivo, para garantir as liberdades do Soviete de Petrogrado e do Comitê Militar Revolucionário, assim como do Congresso dos Sovietes, ameaçados pelas ordens de prisão do governo. Os bolcheviques tomam o poder apoiados na maioria do Soviete e no Comitê Militar Revolucionário. No fim do dia se dá o ataque ao Palácio de Inverno, último reduto do governo na capital. À noite se instala no Instituto Smolny o 2º Congresso Pan-Russo dos Sovietes, com 390 deputados bolcheviques sobre um total de 650. Os demais se dividem em 160 socialistas revolucionários, 72 mencheviques e 28 integrantes de grupos menores ou independentes. Pode-se ver o rápido progresso dos bolcheviques, que passaram de minoria ínfima no 1º Congresso, em fins de junho, a maioria absoluta. Quase todos os mencheviques e muitos SRs se retiram do congresso, por discordar da derrubada do governo Kerensky. Mas permanecem 100 SRs, autodenominados “de esquerda”. O congresso faz uma proclamação inicial, em que se propõe a realizar uma paz democrática (na guerra externa) e a democratização do exército. No seu discurso, Lenin anuncia o triunfo da revolução dos operários e dos camponeses e conclui que a passagem ao socialismo se baseará na compreensão dos camponeses de que sua salvação está na aliança com os operários, e na força de uma organização de massas, que conduzirá o proletariado à revolução mundial.

Note-se que Lenin aponta duas condições para a vitória da revolução: a primeira é a disposição dos camponeses russos de aliar-se ao movimento operário e a segunda é a organização do movimento de massas que, subentende-se, se estenderia da Rússia para outros países. Esta última condição é, sem dúvida, uma referência à intenção dos bolcheviques de fundar uma nova internacional operária. A primeira, porém, se refere a uma nova aliança, em que se pretende a renúncia dos camponeses russos ao uso privado da terra, pois a aliança para

tomar a terra já é passado. A expectativa de adesão das massas europeias ocidentais a uma nova internacional operária é razoável, nas circunstâncias do momento; mas a expectativa de renúncia à posse privada da terra pelos camponeses russos, no mesmo momento em que é consagrada sua conquista, é descabida.

26 de outubro (8 de novembro) – Em Petrogrado, as direções menchevique e SR tentam reunir a minoria do soviete com vistas à organização de uma nova Duma municipal, para cuja sustentação criam um Comitê pela Salvação da Pátria e da Revolução, que contrapõem ao poder soviético. Mas não encontram apoio significativo. Ao mesmo tempo ocorre a última sessão do 2º Congresso Pan-Russo dos Sovietes, que se proclama governo provisório de operários e camponeses em exercício até a convocação de uma Assembleia Constituinte. É eleito um novo Comitê Central Executivo dos Sovietes, de maioria bolchevique, com 108 membros. O VTsIK institui o governo na forma de um conselho de ministros, denominado Conselho de Comissários do Povo (SovNarkom, na abreviação russa), inteiramente bolchevique, presidido por Lenin – mas a monopolização pelos bolcheviques é apenas resultado da recusa das direções SR e menchevique a reconhecer o poder soviético. Por outro lado, o SovNarkom é, em princípio, o gabinete ministerial do VTsIK, que detém formalmente o poder máximo entre as reuniões do Congresso Pan-Russo dos Sovietes, este sendo a instância suprema do novo Estado. Antes de se separar, o 2º Congresso aprova dois decretos: a declaração de paz unilateral com as potências em guerra com a Rússia, sem anexações nem compensações, e a entrega da terra aos camponeses, sem resgate.

Na apresentação do decreto sobre a terra, Lenin acha necessário esclarecer que a posição bolchevique não é de entrega da terra aos camponeses (seu desejo seria organizar imediatamente seu uso coletivo), mas curva-se à decisão das massas populares. Esse respeito à decisão camponesa, porém, cessará em junho de 1918 e o direito ao livre uso da terra será inteiramente anulado em fevereiro de 1919.

26 de outubro a 3 de novembro (8 a 16 de novembro) – Em Moscou, os deputados da Duma municipal, majoritariamente mencheviques e SRs, se recusam a deixar o poder e resistem pelas armas. Por pouco mais de uma semana as forças pró e contra o Soviete lutam nas ruas da cidade, deixando um saldo de mais de 700 mortos.

28 a 30 de outubro (10 a 12 de novembro) – Kerensky reúne uma tropa de cossacos e cadetes da Academia Militar e avança sobre Moscou, mas é rapidamente derrotado pelos soviéticos.

31 de outubro (13 de novembro) – O Comitê Central dos Comitês da Terra, dominado pelos SRs, declara não reconhecer a validade do Decreto da Terra, pois considera o governo instituído pelo 2º Congresso Pan-Russo dos Sovietes ilegítimo.

1º (14) de novembro – Kerensky perde suas últimas tropas e foge para o exterior.

8 (21) de novembro – O Comissariado de Assuntos Estrangeiros propõe um armistício aos países em guerra e a abertura de discussões para restabelecer a paz. Seis dias depois,

o comando militar alemão aceita iniciar negociações de paz e se estabelece um armistício. Os países da Entente se recusam a participar das discussões.

10 a 25 de novembro (23 de novembro a 8 de dezembro) – O Congresso Extraordinário de Sovietes Camponeses aprova o decreto sobre a terra, em meio a uma crise no Partido Socialista Revolucionário. Pela primeira vez os camponeses se fazem representar por meio de soviets, o que é um reconhecimento implícito do poder soviético. Isso se tornara inevitável, apesar da resistência da direção SR, por causa do interesse dos camponeses em defender o decreto sobre a terra. Os Comitês da Terra continuam a existir paralelamente, mas tendem a se fundir com os novos soviets, pressionados pelo processo de preparação de um congresso regular de soviets camponeses, programado para antes do fim do ano. No dia 15 (28), o comitê executivo do Congresso Extraordinário de Sovietes Camponeses e os dirigentes do Soviete de Petrogrado e do VTsIK se reúnem e decidem que o VTsIK será ampliado: além dos seus 108 deputados operários, ele terá 108 deputados camponeses, 100 delegados do Exército e da Marinha e 50 delegados dos sindicatos.

12 (25) de novembro – Eleições para a Assembleia Constituinte. Os SRs recebem pouco mais de 40% dos votos e elegem 370 deputados (que chegam a 410 somados aos SRs da Ucrânia), de longe a maior bancada. Os bolcheviques conseguem 24,7%, fazendo 175 deputados. O resultado dos demais partidos é bem fraco: os kadets têm 17 deputados e os mencheviques, 16. A votação mostra que a força dos bolcheviques está nos grandes centros – em Petrogrado e Moscou eles conseguem quatro vezes mais votos que os SRs –, na maior parte das unidades militares e no front.

14 (27) de novembro – O SovNarkom institui um comitê central nacional dos comitês de fábrica que haviam sido criados pelos operários durante o período de duplo poder. Este ato do SovNarkom visa à realização de um dos pontos do programa bolchevique: a centralização do controle operário da indústria.

A ideia de Lenin sobre a forma socialista de indústria consistia no controle da produção pelos operários (o que é diferente da associação de produtores livres de Marx), que supunha ser realizável por meio de comitês de fábrica. Primeira dificuldade: os comitês de fábrica, que na Rússia em revolução brotaram espontaneamente para controlar os atos dos patrões, não tinham a menor intenção de controlar a indústria. Depois da Revolução de Fevereiro, muitos comitês de fábrica tiveram que tomar medidas contra a sabotagem da produção por parte de patrões inconformados com a rebeldia operária; e depois de Outubro, numerosos comitês tiveram que assumir a gestão de suas fábricas, abandonadas pelos proprietários. Por causa disso, muitos bolcheviques acreditam que a forma socialista de produção consiste na gestão da indústria pelos comitês de fábrica e, nesse momento, a centralização nacional dos comitês parece não colidir com qualquer das duas concepções de socialismo. Entretanto, comitês antipatronais não são a mesma coisa que comitês de gestão fabril. Transformar comitês de fábrica em comitês de gestão significa inverter o sentido

de seu movimento, ou seja, transformá-los em seu inverso, o que corresponde a transformar órgãos do movimento operário em órgãos do processo produtivo.

19 a 28 de novembro (2 a 11 de dezembro) – Congresso de fundação do Partido Socialista Revolucionário de Esquerda, que passa a apoiar os bolcheviques.

26 de novembro a 10 de dezembro (9 a 23 de dezembro) – O 2º Congresso dos Sovietes de Deputados Camponeses em Petrogrado, dominado pelos SRs de esquerda, confirma a aprovação da política agrária bolchevique, já decidida pelo Congresso Extraordinário no início do mês. É, na realidade, o primeiro congresso de soviets camponeses, uma vez que o anterior reunira deputados de Comitês da Terra. O conteúdo social dos soviets camponeses, entretanto, não podia ser outro que não o mesmo dos Comitês da Terra, que tinham realizado a revolução no campo. É esse conteúdo dos soviets camponeses que dá ao recém-fundado Partido SR de Esquerda a maioria no congresso, graças à sua defesa incondicional do decreto sobre a terra.

5 (18) de dezembro – Decreto do SovNarkom cria o Conselho Superior da Economia Nacional (Vesenkha, na abreviação russa), com amplos poderes para organizar a atividade econômica, incluindo as finanças do governo. Trata-se de criar uma direção da indústria, com poderes suficientes para garantir também seu financiamento. Além disso, porém, há a pretensão de fazer do Vesenkha um instrumento de planificação econômica central, o que transparece no fato de ser este o único órgão do governo que tem direito de emitir decretos. Lenin comparece à sua primeira reunião e propõe a estatização geral da indústria, que é rejeitada por impossibilidade de realização efetiva. Em seguida será criada uma rede de conselhos regionais (*sovnarkhozi*) subordinados ao Vesenkha. E até março de 1918 cada ramo da indústria terá um órgão específico ou “comitê principal” de coordenação (*glavk* em russo).

Neste momento, o Vesenkha é sonhado como órgão central de construção da economia socialista. Daí a presença de Lenin em sua primeira reunião e seu poder de emitir decretos. Os bolcheviques, que agora são maioria nos comitês de fábrica e nos sindicatos, acham que estão em condições de centralizar toda a atividade econômica. Isso explica a proposta solene (mas simbólica) de estatização geral da indústria.

7 (20) de dezembro – Criação da VTcheka (Comissão Extraordinária Suprema em russo), que centraliza todas as tchekas, as “comissões extraordinárias” para a luta armada criadas localmente pelos soviets, sob o comando de Felix Dzerjinsky (1877-1926), nomeado pelo SovNarkom. Em seguida serão criados ramos regionais da VTcheka.

Cabe assinalar que a VTcheka é uma instituição nova, de natureza diferente das tchekas locais que pretende centralizar. A VTcheka é um órgão estatal de repressão, sendo, portanto, o oposto das tchekas, órgãos de luta. Estas refletem o movimento revolucionário, aquela reflete a vontade do Estado nascido da revolução.

9 (22) de dezembro – Com o apoio aos bolcheviques, os SRs de esquerda recebem cinco comissariados no SovNarkom: Agricultura, Justiça, Correios e Telégrafos, Interior e Autogoverno Local. Também assumem funções menores em outros órgãos, incluindo a VTcheka. Um armistício é acertado com o governo alemão e em Brest-Litovsk começam as negociações de paz.

13 (26) de dezembro – Lenin publica suas Teses sobre a Assembleia Constituinte, em que afirma que as listas de votação usadas não refletem a realidade atual da força de cada partido entre os trabalhadores. Também argumenta que os soviets são uma forma de representação mais democrática que a Constituinte e a única que pode assegurar a passagem para o socialismo. A partir daí, os bolcheviques passam a trabalhar contra a Constituinte.

14 (27) de dezembro – Estatização dos bancos. Dois decretos do VTsIK estabelecem o monopólio estatal das atividades bancárias e a liquidação dos bancos estrangeiros. O Banco do Estado, que exerce o monopólio, terá logo seu nome mudado para Banco do Povo, pois muitos bolcheviques veem uma conotação negativa no termo “Estado”. A aplicação do decreto demora algumas semanas por causa da obstrução dos banqueiros. É preciso lembrar, porém, que entre a tomada do poder pelos soviets, em 7 de novembro, e o decreto de estatização, em 27 de dezembro, o governo se limitara a pedir empréstimos aos bancos privados. A recusa dos banqueiros a conceder os empréstimos é que precipita a estatização.

Por trás da hesitação em estatizar os bancos está a hesitação quanto ao caminho para a construção da economia socialista. Mais precisamente, Lenin hesitava entre o controle operário da produção por meio de uma pirâmide de comitês e a implantação de alguma forma de capitalismo de Estado.

27 de dezembro (9 de janeiro de 1918) – É formado em Rostov o Exército Voluntário, primeira das forças dos Brancos, com apoio de britânicos, franceses e americanos, que fornecem armas, suprimentos e dinheiro. Kornilov, que fugira da prisão em novembro, é seu comandante-chefe.

29 de dezembro (11 de janeiro) – Anulação da dívida externa do Império Russo. Chama a atenção a demora dessa anulação, que já fora proposta em 1905 pelo Soviete de São Petersburgo em seu famoso manifesto financeiro.

1918

5 (18) de janeiro – Instalação da Assembleia Constituinte em Petrogrado. A cidade está sob lei marcial e as manifestações públicas são proibidas. Pouco mais da metade dos 707 deputados da Constituinte participam da sessão inicial. Os SRs têm maioria e apenas 70 dos 370 eleitos podem ser contados como SRs de esquerda, aliados dos bolcheviques. Nesta primeira (e única) sessão, os bolcheviques propõem aos deputados

que aprovem uma resolução em que reconhecem o poder soviético, seus decretos e leis – o que significaria abdicar de seu poder como Constituinte. A resolução é rejeitada e os bolcheviques se retiram. Os SRs de esquerda fazem o mesmo pouco depois. A sessão continua até a madrugada do dia seguinte.

6 (19) de janeiro – Decreto do VTsIK dissolve a Assembleia Constituinte. Os deputados que chegam para a segunda sessão encontram o edifício fechado e cercado por guardas. O decreto é cumprido por uma tropa de soldados letões – conjecturava-se que soldados russos, muito influenciados pelo Partido Socialista Revolucionário, hesitariam em usar de violência contra os deputados constituintes.

A dissolução da Constituinte provocará uma crítica famosa de Rosa Luxemburgo a Lenin e muita discussão depois. Em princípio, o VTsIK estava obrigado a cumprir a decisão do 2º Congresso Pan-Russo dos Sovietes, que se definira como governo provisório de operários e camponeses até a convocação de uma Assembleia Constituinte. Por outro lado, a posição de Lenin não é sem fundamento: entregar o poder à Constituinte teria como resultado imediato levar os SRs de direita ao poder, ou seja, abrir mais um período semelhante ao do governo Kerensky, mas com o operariado desmoralizado. Talvez o mais seguro fosse respeitar a decisão do poder soviético máximo (o Congresso Pan-Russo), deixando a Constituinte deliberar, mas sem poder, e convocar eleições para um novo Congresso Pan-Russo dos Sovietes, para decidir sobre a representatividade daquela Constituinte dominada pelos SRs de direita (que já eram minoritários no movimento camponês em dezembro, um mês após as eleições para a assembleia). De qualquer modo, é discutível o argumento usado na reunião do VTsIK pelos bolcheviques, que definem a Constituinte como um “eco da revolução burguesa de fevereiro”, em oposição aos soviets, que seriam o eco da revolução socialista. Ora, quem fez a revolução “burguesa” foram os camponeses, apoiando-se no poder soviético.

7 a 14 (20 a 27) de janeiro – 1º Congresso Pan-Russo dos Sindicatos, com 273 bolcheviques entre 416 votantes. Sua resolução final adota o princípio da subordinação dos sindicatos ao Estado. Trata-se de uma afirmação de princípio, e não da ordem de subordinar-se. Mas o princípio é afirmado a partir de uma perspectiva de desenvolvimento dos sindicatos até que se tornem órgãos do poder socialista. O congresso também aprova a redução dos comitês de fábrica a órgãos locais dos sindicatos, numa virada radical em relação à posição anterior dos bolcheviques, de favorecer os comitês de fábrica contra os sindicatos. A grande preocupação neste momento é a disciplina do trabalho e a produtividade. E os sindicatos são chamados a dedicar-se a isso prioritariamente. É sob o impulso dessa preocupação que se trava o debate no qual Lenin elogia o método taylorista de controle do trabalho nas fábricas.

Propor a transformação futura dos sindicatos em “órgãos do poder” implica aceitar a perpetuação de um aparelho de Estado. É evidente a necessidade de medidas de emergência para restabelecer uma eficiência mínima da atividade

produtiva. O que não é evidente é a conveniência de exigir exatamente do sindicato a solução do problema, forçando-o a desempenhar um papel contrário à sua natureza, e, para isso, ainda por cima liquidar os comitês de fábrica, expressões diretas da revolução nos locais de trabalho.

10 a 18 (23 a 31) de janeiro – O 3º Congresso Pan-Russo dos Sovietes proclama a República Socialista Federativa Soviética Russa (RSFSR) e adota uma declaração de “direitos do povo trabalhador e explorado”. Na realidade, é uma declaração de direitos coletivos e das condições de sua realização (com a promessa de criá-las na RSFSR).

Cabe notar que tal declaração só faz plenamente sentido para os explorados dos países capitalistas. A inclusão dos trabalhadores da Rússia revolucionária no público-alvo somente faria sentido se os bolcheviques quisessem anunciar ao mundo a instauração de uma sociedade salarial avançada na Rússia, o que corresponderia a propor a continuidade do sistema salarial capitalista, pelo menos temporariamente. Em ambas hipóteses não se pode opor a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 a outra declaração de abrangência reduzida às classes exploradas, em nome de direitos coletivos supostos como contraditórios aos direitos individuais. Sabe-se, por outro lado, que essa declaração fez parte da campanha publicitária soviética voltada para o exterior. O problema é que tal campanha terminou por idealizar o “coletivismo” da miséria e da guerra, que é de todos os tempos, não só da revolução proletária. E o efeito duradouro disso veio a ser, para o movimento operário, o favorecimento de uma cultura obreirista, que reduz Marx a um socialista utópico ou a um comunista primitivo; e, para a burguesia, a abertura de um espaço para a campanha demagógica que iniciou, em defesa do “homem comum” (contra “apenas” o homem de uma classe), que é uma falsificação do cidadão, supostamente representado pelo consumidor-eleitor cretinizado da sociedade salarial precária.

15 (28) de janeiro – Criação do Exército Vermelho de Operários e Camponeses, com contratação maciça de ex-oficiais do exército czarista. Os elementos mais relevantes deste ato do SovNarkom são a ausência de um sistema de eleição de oficiais – conquista da Revolução Francesa em seu apogeu – e a adjunção de comissários políticos a todas as unidades. Em julho, com a guerra civil em curso, será adotada a conscrição universal.

Os comissários políticos são consequência natural da contratação de oficiais do extinto exército czarista, medida que pode passar por necessidade óbvia neste momento. Menos óbvia é a compatibilidade de um exército “vermelho” com a ausência de qualquer sistema de eleição para novos oficiais saídos das fileiras proletárias. A democratização do exército fora uma das duas primeiras promessas do 2º Congresso Pan-Russo dos Sovietes no dia da tomada do poder, expressando uma aspiração dos comitês de soldados. A explicação de Trotsky para o descumprimento daquela promessa solene (falta de recursos para organizar a defesa nacional por meio de milícias populares) simplesmente

esquece que o compromisso se referia à colocação da oficialidade do exército sob o controle do povo em armas. E não responde à questão de princípio: um exército cuja oficialidade só presta contas a autoridades superiores serve para garantir a dominação de uma classe social minoritária; como pode o Estado revolucionário servir-se de um exército de oficialidade inacessível à censura de sua base popular para dar fim à coerção social?

28 de janeiro (10 de fevereiro) – Anulação da dívida interna do Estado, medida não prevista no manifesto financeiro do Soviete de São Petersburgo, de 1905. Portadores de obrigações do Estado, até um montante de 10 mil rublos, têm seu direito garantido (serão reembolsados em outubro). Títulos estatais de curto prazo e bônus do Tesouro em mãos do público deixam de render juros e são admitidos como moeda oficial. Tais medidas pouco repercutem no público interno. Só pessoas abastadas são credoras do Estado e estas estão, no momento, mais interessadas em não se fazer muito visíveis.

O princípio proclamado pelos bolcheviques exclui a manutenção de uma dívida pública, por criar renda parasitária sobre a receita fiscal. E, em matéria de tributação, o princípio é o da extinção dos impostos indiretos, com a instituição de dois impostos básicos, um progressivo sobre a renda (que não inclui salários) e outro sobre as heranças. Obviamente, o sistema de arrecadação fiscal precisa ser recriado do zero e, de imediato, só resta ao governo a emissão de papel-moeda a descoberto, para pagar as despesas urgentes. Mas isso só é praticado por estrita necessidade, pois a doutrina dominante no partido é a da moeda com lastro ouro.

No mesmo dia 28, a delegação soviética em Brest-Litovsk rejeita as condições propostas pela Alemanha e proclama o fim da guerra unilateralmente. Os alemães reagem avisando que retomarão as hostilidades.

31 de janeiro (13 de fevereiro) – São criadas as bolsas de trabalho (por cidade), nas quais devem se inscrever os trabalhadores desempregados. Torna-se obrigatório para os empresários privados contratar exclusivamente nessas bolsas. Trata-se de uma reivindicação ligada à perspectiva de luta dos trabalhadores no quadro da sociedade salarial. Fora levantada pelo movimento operário europeu no início do século 20, com o objetivo de controlar a oferta de mão de obra no mercado de trabalho, a partir de uma ideia lançada no programa socialista francês de 1880, redigido com a participação de Marx. Mas o cenário que dera origem a essa reivindicação é muito diferente do existente na Rússia de 1918, onde a preocupação do governo é pôr a funcionar uma indústria de tipo capitalista sob o poder soviético, razão pela qual este entrega a função de fixar as tarifas salariais ao Comissariado do Povo para o Trabalho (Narkomtrud na abreviação russa). Na RSFSR, a criação de bolsas de trabalho está ligada à perspectiva, visualizada por Lenin neste momento, de organizar o exército industrial de reserva desse capitalismo (pois não se previa pleno emprego) que, por estar sob o poder soviético, poderia teoricamente evoluir para uma forma socialista de produção industrial; e, com a anulação do poder dos comitês de fábrica, já iniciada, os sindicatos

poderiam cumprir sua nova função de restaurar a disciplina fabril para viabilizar o sistema.

O princípio do controle da oferta da mão de obra pelas organizações operárias (depois alcançado temporariamente por sindicatos fortes na Europa) contrapõe-se ao princípio capitalista da dispersão dos trabalhadores individuais no mercado de trabalho assalariado. As bolsas de trabalho, além de evitar a concorrência entre trabalhadores, eliminam a possibilidade de listas negras do patronato, impedem a contratação de substitutos de trabalhadores grevistas e, principalmente, fixam salários, o que significa que a partilha do valor criado no processo produtivo passa a se dar em termos de classe assalariada contra classe empregadora. No entanto, as bolsas de trabalho da RSFSR giram no vazio desde sua criação. Com o poder dos patrões reduzido a zero, a intervenção do Narkomtrud na fixação de salários desloca a barganha tradicional entre operariado organizado e patronato para uma disputa entre o Narkomtrud, que tenta dirigir as bolsas e os sindicatos, e os trabalhadores, que tentam preservar seu poder nas fábricas.

1º (14) de fevereiro – Entrada em vigor do calendário gregoriano. Para se ajustar ao resto do Ocidente, a Rússia “come” os 13 dias de diferença e passa do dia 31 de janeiro diretamente para o dia 14 de fevereiro.

18 a 27 de fevereiro – A Alemanha inicia nova ofensiva militar contra a Rússia. Sem encontrar resistência do praticamente extinto exército russo, em poucos dias toma boa parte da Ucrânia e as províncias bálticas. Em seguida, informa suas novas condições para aceitar a paz, mais duras que as anteriores. No dia 27, o VTsIK decide aceitar esses termos.

Março – O grande empresário Aleksey Mechchersky (1867-1938) lança a proposta de criação de um truste estatal/privado da indústria metalúrgica, do qual o Estado deteria 50% das ações e os capitalistas deteriam os outros 50%, mais a direção administrativa. Faz parte da proposta a entrega dos antigos bancos privados a seus proprietários, mas enquadrados na gestão financeira estatal. A forte oposição dentro do Partido Bolchevique fará Lenin renunciar a essa tentativa de associação com o grande capital, no quadro de um “capitalismo de Estado” sob o poder soviético que Lenin tentava encaminhar desde janeiro.

3 de março – A RSFSR assina o Tratado de Brest-Litovsk, selando a paz com Alemanha, Áustria-Hungria, Bulgária e Turquia. As condições são extremamente pesadas: a Rússia perde territórios ao longo de toda a fronteira com a Europa ocidental – Polônia, Finlândia, parte da Bielorrússia (hoje Belarus) e a quase totalidade da região do Báltico passam para o controle da Alemanha e seus aliados, como Estados dependentes – e ainda os distritos turcos de Ardahan e Kars e o distrito georgiano de Batumi. A Ucrânia separa-se da Rússia e torna-se um Estado independente – na prática, será um protetorado alemão. Estes territórios representam um terço da população do extinto

Império Russo, 27% de sua superfície cultivada, 50% de sua indústria e 90% de suas minas de carvão. Os termos causam revolta entre bolcheviques e SRs de esquerda e o próprio Lenin a chama de “paz vergonhosa”, mas insiste na sua aprovação, apontando que, com o exército desmantelado, a RSFSR não tem condições de continuar a guerra. Anarquistas e mencheviques, por razões diferentes, também condenam o tratado, iniciando uma pesada campanha de críticas em seus jornais.

3 de março – Decreto do Vesenkha dá aos *glavki* poderes para nomear em todas as fábricas, inclusive as privadas, um diretor técnico e um diretor administrativo. Este último é submetido a um conselho econômico administrativo, composto por representantes dos operários, dos sindicatos, dos técnicos da empresa, dos patrões (no caso das empresas privadas) e do soviete local, além de, *pro forma*, representantes dos operários. Já o diretor técnico está submetido somente ao SovNarkom e ao Vesenkha. Nas empresas estatizadas, os comitês de fábrica ou de seção nada podem fazer sem consentimento do conselho econômico administrativo.

Note-se que o Vesenkha, apesar de ter rejeitado por impraticável a estatização geral da indústria, acha necessário nomear diretores administrativos para todas as empresas, estatais ou não. Há um entendimento de que é impossível assumir imediatamente a direção da indústria privada, mas é urgente tirar os poderes dos comitês de fábrica em todos os locais de trabalho. Os patrões não gostam do diretor técnico com autoridade para lhes dar ordens (nos raros casos em que têm capacidade para isso), mas aceitam essa ingerência pouco efetiva para não entrar em choque com o poder soviético neste momento em que sua dependência de financiamento estatal é grande. Por outro lado, acham ótimo o cerceamento das atividades dos comitês de fábrica. Quanto ao governo, sua preocupação maior neste momento é a recuperação de um nível de produtividade satisfatório na indústria, o que implica mais disciplina (termo repetido constantemente por Lenin) e menos poder aos comitês de fábrica.

6 a 8 de março – O 7º Congresso bolchevique aceita o Tratado de Brest-Litovsk. O congresso também aprova uma mudança de nome: o Partido Operário Social-Democrata Russo passa a chamar-se Partido Comunista Russo (Bolchevique). Lenin defendia essa proposta já há algum tempo, como forma de distanciar a agremiação da social-democracia.

12 de março – É tomada a decisão de transferir a capital para Moscou, com o argumento de que a cidade é menos exposta que Petrogrado a ataques externos. Entretanto, Moscou é também o centro da velha Moscóvia e do imperialismo grão-russo. E cabe notar que a transferência se dá após a assinatura de Brest-Litovsk, portanto, quando o perigo externo diminui.

14 a 16 de março – O 4º Congresso Pan-Russo dos Sovietes ratifica o Tratado de Paz de Brest-Litovsk. Os SRs de esquerda votam contra a ratificação, mas são derrotados. Em protesto, seus ministros abandonam o governo soviético e o SovNarkom volta a ser

puramente bolchevique. O partido mantém, porém, sua participação no VTsIK, nos sovietes, no exército e na VTcheka.

Fim de março – O Comissariado do Povo para as Finanças (Narkomfin na abreviação russa) suprime o direito de exigir “contribuições extraordinárias” aos ricos, exercido pelos sovietes locais desde a tomada do poder. A decisão provoca controvérsia entre o SovNarkom e o VTsIK, que quer manter o direito.

A controvérsia põe a nu o grau de distanciamento já alcançado pelo SovNarkom em relação aos sovietes de base, nos quais ainda é bastante ativa a maioria das correntes participantes do processo revolucionário, ao lado da oposição interna bolchevique.

3 de abril – O Conselho Central dos Sindicatos ordena a seus membros a fixação de normas de trabalho e objetivos de produtividade, para isso sendo válida a remuneração por tarefas e a premiação por ultrapassagem da norma de produtividade. Em torno dessa “ordem”, o ponto mais furiosamente debatido é a fixação de remunerações diferenciadas entre os trabalhadores. A transformação dos sindicatos em fiscais da produtividade só é questionada por uma minoria. Lenin é o mais radical de todos em sentido inverso: chega a elevar a norma capitalista – “quem não trabalha não come” – à categoria de “crença prática do socialismo”, chegando a sugerir que os trabalhadores negligentes sejam “postos na prisão”.

A crença teórica do socialismo quanto ao trabalho é a da possibilidade de uma sociedade sem classes ociosas parasitárias. Na prática, isso supõe a possibilidade de uma alta produção de bens sem necessidade de administradores profissionais – proprietários dos meios de produção ou não – a chicotear os produtores diretos. Noutros termos, trata-se da crença na possibilidade de reunificar o homem trabalhador com os meios de produção e, conseqüentemente, do homem com o produto de seu trabalho e com o próprio trabalho. Obviamente, o súbito desaparecimento do chicote capitalista causa, de imediato, uma grande desorganização do processo produtivo. Isso é inevitável, mesmo sem guerra civil. Mas se o objetivo buscado for uma sociedade administrada pelos próprios produtores diretos, a pior ideia possível é repor em funcionamento o chicote tomado das mãos dos administradores a serviço do capital, para colocá-lo nas mãos de administradores a serviço do Estado. Isso significa dar ao Estado uma função econômica substitutiva da gestão burguesa, que bloqueia a possibilidade de seu perecimento gradual enquanto órgão de coerção, pretendido na teoria marxista exposta pelo próprio Lenin.

11 e 12 de abril – A VTcheka monta uma ampla operação contra os anarquistas em Moscou, invadindo seus locais de reunião. Cerca de 600 militantes são presos.

9 a 13 de abril – O Exército Voluntário tenta tomar Ekaterinodar (hoje Krasnodar), na primeira campanha do Kuban. Kornilov morre durante a tentativa, que é um desastre militar, e o general Anton Denikin (1872-1947) assume o comando.

22 de abril – Estatização do comércio exterior. Medida simbólica neste momento em que nenhum país comercia com a RSFSR. No mesmo dia, as ex-províncias do império czarista Geórgia, Armênia e Azerbaijão proclamam sua união e independência, com o nome de República Federal da Transcaucásia. Que terá vida curta: em maio, se fragmentará nas repúblicas independentes da Geórgia, da Armênia e do Azerbaijão.

9 de maio – O VTsIK aprova um decreto do SovNarkom que confere poderes extraordinários ao Comissariado do Povo para o Abastecimento (Narkomprod, na abreviação russa) para usar da força contra o que chama de “burguesia rural”, dada como “especuladora” sobre os estoques de grãos.

O desabastecimento começara antes mesmo da revolução, causado pela guerra. O Governo Provisório decretara o monopólio estatal do comércio de trigo, mas isso não resolveu a crise e a falta de alimentos se agravou após a Revolução de Outubro. Os bolcheviques estenderam o monopólio aos demais produtos agrícolas, mas, na desorganização geral do período revolucionário, todos os camponeses que dispunham de algum excedente passaram a comercializá-lo no mercado negro para combater sua própria penúria. Nesse contexto, chamar de “burguesia rural” os maltrapilhos portadores de sacos de 1,5 pud de produtos agrícolas (peso máximo permitido pela lei do monopólio de comércio estatal, equivalente a 24,57 quilos) para vendê-los nas estações ferroviárias é rigorosamente falso.

25 de maio de 1918 – Revolta da Legião Tcheca, unidade do extinto exército czarista formada por 50 mil soldados de origem tcheca e eslovaca que estava estacionada na Sibéria ocidental para ser evacuada por Vladivostok. Os soldados ocupam os entroncamentos da Ferrovia Transiberiana em Mariinsk e Novonikolaevsk, o que na prática corta as comunicações de Moscou com a maior parte da Sibéria. É o início oficial da guerra civil, que tem a interferência dos países aliados (França, Reino Unido, Estados Unidos e Japão, principalmente).

Maio a julho – Destacamentos da Legião Tcheca vão tomando as cidades ao longo da Transiberiana: em rápida sucessão caem Cheliabinsk (27 de maio), Penza (28), Tomsk (4 de junho), Omsk (7), Samara (8), Vladivostok (29) e Irkutsk (11 de julho). Neste momento toda a Ferrovia Transiberiana e suas linhas secundárias estão sob controle da Legião Tcheca, de Penza até o Pacífico. Nas áreas ocupadas pela legião, grupos antibolcheviques formam vários governos alternativos. Os mais relevantes são o Comitê de Membros da Assembleia Constituinte (Komuch, na abreviação russa), controlado pelos SRs de direita, que se estabelece em Samara em 8 de junho, e o Governo Provisório Siberiano (GPS), dominado por kadets, monarquistas e liberais, com forte preponderância de militares, criado em 30 de junho em Omsk. Durante o verão, o Komuch, apoiado pela Legião Tcheca, amplia seu território sem problemas, frente a um Exército Vermelho ainda desorganizado: ocupa Ufá em 6 de julho, Simbirsk no dia 25 e Kazan em 6 de agosto. O governo de Samara chega a controlar as províncias de Ufá, Samara, Kazan, Simbirsk e parte da de Saratov. No fim de julho, adota a conscrição

para ampliar suas tropas próprias e depender menos da Legião Tcheca, mas enfrenta deserções e a má vontade dos camponeses.

11 de junho – Início da formação dos comitês de camponeses pobres (*kombiedi*) pelos bolcheviques. Serão mais de 100 mil em novembro. A criação desses comitês está ligada ao desabastecimento das cidades. Desde o início são, antes de tudo, bases de apoio para a requisição de produtos agrícolas, que Lenin vê como uma guerra contra os “especuladores” do campo. Mas essa “especulação” não é praticada só por camponeses abastados. Sabendo que os “especuladores” são maioria no campo, os SRs de esquerda, durante o período em que comandaram a pasta da Agricultura, tinham recomendado o aumento dos preços e a quebra do monopólio estatal para legalizar o comércio dos camponeses, recomendações que Lenin qualificara como “sem caráter”. Mas, realmente, não há como classificar numa categoria social precisa o camponês que comercia ilegalmente. Basta considerar que no fim de 1917 apenas 9% das unidades agrícolas possuíam mais do que 8 deciatinas (1 deciatina equivale a 1,0925 hectare, ou seja, 8 deciatinas são 8,74 hectares). As diferenças de riqueza entre os 91% de proprietários de 8 deciatinas ou menos decorrem principalmente da posse ou não de animais de tração e instrumentos agrícolas. Nesse quadro de pequena propriedade e pobreza geral, é fácil qualificar de *kulak* (“camponês rico”) qualquer um que se encontre acima do nível de indigência.

Só que para Lenin as diferenças de área possuída e de riqueza não são o essencial, porque ele vê toda propriedade camponesa como obstáculo no caminho para o socialismo. E, para eliminá-lo, concebe os comitês de camponeses pobres como instrumentos para provocar uma cisão do campesinato. Em suas declarações, Lenin insiste em que a “organização dos camponeses pobres contra os *kulaks*” foi “uma virada de importância gigantesca”, graças à qual se atravessou a linha que separa a revolução burguesa da revolução socialista. Deixando de lado o fato secundário da artificialidade desses comitês (levantada no próprio Partido Bolchevique quando da discussão de sua necessária dissolução, no fim do ano), o envio de destacamentos armados das cidades para recrutar camponeses miseráveis e lançá-los ao saque de “todo o excedente” da produção agrícola é um fator de regressão política no campo. Isso porque os alvos desses ataques são os soviets camponeses (dominados pelos camponeses médios), herdeiros dos Comitês da Terra, que haviam feito a revolução. E os destacamentos armados vindos da cidade, ao lançar-se a criar comitês de camponeses pobres violentamente opostos a esses soviets, expõem um antagonismo que exclui a revolução camponesa da revolução operária. Para a maioria esmagadora do campesinato, a situação é familiar: está sendo empurrada, mais uma vez, para o subsolo da sociedade russa. Lenin não consegue realizar a cisão almejada. Consegue, sim, desencadear uma reação defensiva entre o campesinato, que começa a retornar à sua secular resistência passiva ao despotismo do Estado russo.

28 de junho – Estatização geral da indústria. É um ato precipitado pela oposição interna bolchevique à associação do Estado soviético com a burguesia em qualquer projeto de capitalismo de Estado, e pela atitude da própria burguesia em geral na guerra civil.

A rigor, a indústria privada na Rússia em guerra civil, sem poder de comando sobre os trabalhadores, sem liberdade para estabelecer preços lucrativos, para não falar na dificuldade de obter insumos, só sobrevive como devedora insolvente do Estado. Em consequência, o ato de estatizá-la coincide cada vez mais com o de salvá-la. A tarefa real, portanto, consiste em fazer o acompanhamento de sua morte, evitando a desorganização total da produção. Daí as hesitações quanto a como lidar com a burguesia industrial. Mas a hipótese leninista de um capitalismo de Estado transicional é quimérica.

2 de julho – Decreto dá ao Narkomtrud poderes para impor aos patrões os contratos de trabalho propostos pelos sindicatos, quando não há acordo. A promulgação desse decreto logo após a estatização geral da indústria restringe sua aplicação às fábricas de pequeno porte ainda não tomadas pelo Estado.

4 a 10 de julho – O 5º Congresso Pan-Russo dos Sovietes promulga a Constituição da República Socialista Federativa Soviética Russa: sufrágio universal (masculino e feminino, pela primeira vez no Ocidente) restrito aos que vivem unicamente de seu trabalho; os soviets locais elegem deputados ao Congresso dos Sovietes, na proporção de 1 por 25 mil eleitores nas cidades e 1 por 125 mil no campo; o Congresso detém o poder supremo e o delega ao VTsIK, que é seu órgão permanente e cujo presidente é o chefe de Estado; e o VTsIK elege o SovNarkom, órgão da administração efetiva, que em casos de urgência pode tomar decisões sem consultar o VTsIK. Não há distinção entre os Poderes Legislativo e Executivo, seguindo o modelo da Comuna de Paris. O que significa que o VTsIK não é um comitê executivo, mas sim um comitê permanente do Congresso dos Sovietes; logo, a sigla deveria ser VTsPK (com “P” de *postoianni* = permanente, em vez de “I” de *ispolnitelni* = executivo). A manutenção do termo “executivo” pelos bolcheviques decorre, muito provavelmente, de uma interessada confusão entre as competências do VTsIK e do SovNarkom, que assim são colocados funcionalmente em pé de igualdade, ao passo que o termo “permanente” deixaria claro que a única representação direta do Congresso dos Sovietes é o VTsIK, onde todas as correntes do movimento revolucionário estão presentes. Quanto à representação camponesa, cinco vezes menor que a dos operários, cabe lembrar que não resulta de um ponto programático bolchevique. A proposta de representação paritária no VTsIK viera dos próprios camponeses em dezembro de 1917, quando do 1º Congresso dos Sovietes de Deputados Camponeses. Para Lenin (e muitos bolcheviques), os interesses históricos do proletariado seriam assegurados simplesmente por meio de sua hegemonia nos soviets de operários e soldados. Supunham que os soviets urbanos exerceriam uma hegemonia mais ou menos natural sobre os camponeses, o que os fatos pareciam confirmar até meados de 1918, ou seja, até o desencadeamento da campanha pela cisão do campesinato.

Portanto, a tese, mais tarde defendida por algumas correntes do movimento operário, da necessidade de uma representação política diferenciada a favor do operariado em certos países, supostamente para garantir o desenvolvimento socialista da revolução, não é exatamente leninista. Além disso, a ideia de que a revolução socialista possa depender da transformação do operariado em nova classe minoritária dominante é claramente antimarxista. Marx sem dúvida defendeu o exercício da violência pelo proletariado durante a revolução, contra todas as classes que a ela resistissem; mas o conjunto de seu método não permite conceber processos “revolucionários” de minoria; *a fortiori* um regime político de dominação de uma classe minoritária. Em termos gerais, transformar o proletariado industrial em nova classe dominante significa reduzir a revolução socialista à imposição dos interesses corporativos do proletariado industrial. A revolução socialista é um movimento da humanidade como um todo, tornado possível pelo desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo. Esse é o fundamento da possibilidade de uma sociedade sem classes. Considerar necessário constituir o proletariado como nova classe dominante, ainda que temporariamente, é admitir que a revolução socialista não está à vista. E sendo este o caso, é mais conveniente, para a continuidade dos processos de transformação social, simplesmente melhorar a situação dos operários e camponeses do que fabricar uma casta dominante para impor um pseudossocialismo de quartel.

6 de julho – Na tentativa de criar um conflito que anule o Tratado de Brest-Litovsk, os SRs de esquerda assassinam o novo embaixador alemão, o conde Wilhelm von Mirbach (1871-1918). Ao mesmo tempo, iniciam um levante nas principais cidades. O governo sufoca a rebelião e prende os deputados SRs presentes ao 5º Congresso dos Sovietes, além de muitos outros membros do Partido Socialista Revolucionário de Esquerda, que é posto fora da lei. É o rompimento definitivo com o único partido que se dispusera a sustentar o governo bolchevique. E este se manifesta de imediato como ditadura, menos por ser um governo de um só partido do que por seu caráter repressivo voltado contra a grande massa camponesa, cuja economia aldeã tinha no Partido Socialista Revolucionário de Esquerda seu principal defensor. A ditadura que nasce neste 5º Congresso dos Sovietes, abalado pela tentativa de golpe dos SRs de esquerda, abre um novo período do processo revolucionário russo, conhecido como comunismo de guerra, uma vez que coincide com a guerra civil e as intervenções militares estrangeiras na Rússia soviética (o historiador Edward Hallet Carr considera o decreto da formação dos *kombedi*, de 11 de junho de 1918, o início deste período). A característica básica do comunismo de guerra é a pressão esmagadora sobre a economia camponesa, que não teria sido realizável sem a ditadura. E é esta característica da ditadura que faz o governo bolchevique montar um aparelho de Estado físico de dimensões gigantescas: todas as tchekas locais são dissolvidas ou absorvidas no aparelho da VTcheka, que passa a ser conhecida simplesmente como Tcheka (em maiúscula, e trazendo uma nova conotação aterrorizante ao nome dos primitivos órgãos armados da revolução); à disposição da

nova Tcheka está um corpo de exército, recrutado pelo partido, com funções de polícia e o título de “tropas interiores”; e em todas as unidades do exército são criados destacamentos de combate comunistas, constituindo um exército dentro do exército, já controlado por comissários políticos nomeados pelo partido.

É sob esta ditadura que o processo revolucionário começa realmente a emperrar. Isso poderia não acontecer, mesmo com o retrocesso no campo, se o movimento operário pudesse prosseguir seu desenvolvimento. Este, porém, depende da evolução do Partido Bolchevique, o único que fora coerente na luta pela derrubada do czarismo. Mas o Partido Bolchevique, demonstrando que representa mais o movimento operário europeu ocidental do que o movimento operário russo, envereda pela imposição de sucessivos esquemas teóricos socialistas de organização da produção, todos inviáveis. E o operariado russo, metido à força nesses esquemas concebidos pelo poder soviético e pressionado pela guerra civil, fica sem condições de criar caminhos novos para a revolução e começa a regredir; amesquinha-se no papel de rude homem-operário e passa a confundir a arregimentação militar em defesa da RSFSR com o socialismo. Paralelamente, a orientação anticamponesa dá à ditadura bolchevique um caráter de dominação social. Não por transformar o proletariado industrial russo em classe dominante, mas por criar um aparelho repressor cuja função principal é manter uma inteira classe social, numericamente majoritária, em situação subalterna. Teoricamente, o Partido Bolchevique exerce a dominação em nome dos interesses históricos do proletariado industrial, supostamente ameaçado pela resistência dos camponeses às transformações socialistas. Mas, embora não represente a burguesia, nem sequer fantasmagoricamente, na prática o Partido Bolchevique repõe inconscientemente a dominação das cidades ocidentalizadas, já materialmente privilegiadas sob o czarismo, sobre a velha massa camponesa, eterna pagadora da maioria dos tributos. As duras exigências da guerra civil se encarregarão de sobrecarregar os camponeses, com tributos que irão além de todo o excedente. Mas muito mais que a tributação extorsiva (compreensível na situação de guerra), a forma em que se dá sua execução vai alimentar entre os camponeses a percepção de que eles se encontram sob um novo despotismo, agora plebeu, mas igualmente autocrático.

Julho e agosto – Em 6 de julho, os comandantes dos navios de guerra americanos, japoneses e ingleses postados em Vladivostok divulgam uma proclamação em que colocam a cidade e seus arredores sob a “proteção” das forças aliadas. Nos meses seguintes, tropas japonesas e americanas desembarcarão em Vladivostok. No norte, tropas britânicas, francesas, americanas e canadenses desembarcam em Arcangel e Murmansk. Em 5 de agosto, é formado um governo de SRs em Arcangel, que só será derrubado em abril de 1920, meses depois da retirada das forças americanas e britânicas.

29 de julho – Os bolcheviques introduzem o serviço militar obrigatório para todos os homens entre 18 e 40 anos de idade. É uma das medidas mais importantes para ampliar e reorganizar suas tropas para fazer frente ao Exército Branco.

20 de agosto – As residências urbanas são declaradas propriedade social e sujeitas a redistribuição pelo Estado, segundo as necessidades do povo.

Em fins de 1918 as cidades russas estavam esvaziadas; algumas tinham perdido a metade, e até mais, de seus habitantes, por causa da interrupção de muitas atividades industriais e da redução extrema do comércio regular. Em tal situação, é difícil entender os motivos dessa medida. Parece estar baseada em um dos princípios coletivistas inventados durante o comunismo de guerra, pois é um ato contra a propriedade em geral, visto que socializa bens que não constituem meios de produção. A teoria marxista não fundamenta a necessidade de socializar residências particulares. Salvo no caso das propriedades das famílias poderosas do antigo regime, ou das não ocupadas pelos proprietários, a tese da expropriação geral de imóveis provém do socialismo utópico popular e, no caso da expropriação geral pelo Estado, provém do despotismo puro e simples.

30 de agosto – Um atentado dos SRs de esquerda mata o chefe da Tcheka de Petrogrado, Moisei Uritsky. No mesmo dia, a militante SR de esquerda Fanya Kaplan dispara três tiros contra Lenin, que fica gravemente ferido. O governo soviético faz um pronunciamento, anunciando que “responderá ao terror branco com o terror vermelho”. Fanya é executada e menos de uma semana depois o governo desencadeia uma onda de represálias, com prisões e execuções sumárias. Acredita-se que o terror vermelho deixa pelo menos 6 mil mortos até o fim do ano.

A partir deste momento, a direção do Partido Bolchevique abandona todas as restrições ao exercício de sua ditadura. Esta também é a estreia da prática de classificar como “brancos” todos os que se revoltam contra a ditadura bolchevique.

Agosto a outubro – O Exército Vermelho consegue conter o avanço do Komuch e começa a contraofensiva. Em 10 de setembro, recupera Kazan e dois dias depois, Simbirsk. Acuado e com suas tropas desmanteladas, o Komuch perde toda a área conquistada. Em 7 de outubro, os bolcheviques ocupam Samara e os SRs dissolvem seu governo e fogem para Ufá, que será tomada pelo Exército Vermelho em dezembro. Com a concentração de esforços na Sibéria, os bolcheviques enfrentam derrotas pesadas no sul. O Exército Voluntário toma Ekaterinodar em 3 de agosto, Armavir em 13 de outubro e Stavropol em 1º de novembro.

8 a 24 de setembro – Pressionados pelo países aliados e pela Legião Tcheca, os vários grupos antibolcheviques se reúnem na Conferência de Ufá. Depois de longas negociações é criado o Governo Provisório Pan-Russo, com sede em Omsk, mas a unificação é mais fictícia do que real. O Komuch, prestes a ser expulso de Samara pelos bolcheviques, não tem peso suficiente para se opor aos conservadores. Os acordos

fechados na conferência fazem do Governo Provisório Pan-Russo uma instituição sem força militar própria, sem poder efetivo e dependente do Governo Provisório Siberiano.

9 de outubro – Os membros do Governo Provisório Pan-Russo chegam a Omsk para tomar posse e se defrontam com a falta total de infraestrutura. O GPS não lhes fornece alojamentos nem um corpo administrativo, assim como não autoriza seu livre acesso às comunicações. Ademais, faz uma série de reivindicações para dissolver-se que significam, na prática, a manutenção de seu poder. O GPS garante 10 dos 14 postos do governo, inclusive a presidência. Os SRs do Komuch não conseguem ter nem um ministro.

Outubro – O governo repõe para cultivo parte das terras que não haviam sido distribuídas entre os camponeses, a título de reserva para entrega à exploração coletiva (11% das terras confiscadas à burguesia). O cultivo dessas terras é organizado sob a forma de *sovkhos* (economia soviética em russo), que consiste na administração estatal com uso de mão de obra assalariada. Tais terras pertencem teoricamente aos soviets locais, mas na prática é o governo central que as controla. São áreas voltadas à produção de insumos industriais, principalmente linho e beterraba para extração de açúcar. A mão de obra para essa agricultura vem principalmente de trabalhadores urbanos de fábricas paradas, dispostos a voltar ao campo.

A escolha da forma *sovkhos* para o cultivo dessas antigas fazendas capitalistas não é óbvia, do ponto de vista da eficiência. Mas há amplo consenso na direção bolchevique de que essa é a forma de exploração mais propícia à edificação socialista. Tal consenso tem muito a ver com o preconceito, arraigado no movimento socialista, de que o assalariamento pelo Estado é necessariamente superior ao assalariamento privado. E pouco tem a ver com o pensamento de Marx, que conclamava os trabalhadores a lutar contra o sistema de assalariamento.

10 de outubro – O VTsIK aprova o Código de Trabalho. É proclamada a obrigação de todos de trabalharem, o que não é mais que uma retomada de um princípio da Constituição da RSFSR. No código aprovado, o trabalho é tratado como serviço prestado à sociedade, e não como obrigação contratual; a compra e venda de força de trabalho é vista como forma caduca de organização da produção; e o salário por peça é considerado forma normal de retribuição do trabalho. E, quanto à fixação dos salários, a autoridade decisiva passa a ser o Narkomtrud, e não as bolsas de trabalho.

Um código do trabalho, por definição, é um corpo de leis reguladoras da relação salarial. Para o Estado russo de 1918, o interesse em promulgar um código do trabalho decorre da virada política no sentido do capitalismo de Estado, ocorrida em janeiro, quando os comitês de fábrica foram subordinados aos sindicatos e estes ao Estado. Mas em outubro, no auge da guerra civil, a direção bolchevique quer normas de trabalho mais abertas ao uso da coerção, mas também afirmar novos princípios de trabalho desinteressado, pelo bem comum. Daí a flutuação

do código entre uma ética socialista do trabalho idealizada e a ética individualista do trabalho duro do capitalismo selvagem: por um lado, o operário deve trabalhar sem medida, “pela sociedade”, por outro, seu pagamento deve corresponder exatamente à sua produtividade; por um lado, declara extinto o assalariamento capitalista, apresentado como sistema baseado na lei do valor (equivalência na troca de trabalho por dinheiro); por outro, legitima a equivalência entre a produção realizada e o pagamento recebido (salário por peças). Como modelo para os trabalhadores do mundo, esse código não serve. Como conjunto de exigências aos trabalhadores para a dramática situação da RSFSR neste momento, é perfeitamente explicável. Difícil explicar, porém, a pretensão ao esforço desinteressado sob coerção e, menos ainda, a codificação disso. Quanto ao direito de greve, o código não o nega, mas a atitude predominante entre os principais dirigentes sindicais bolcheviques é tratar as greves – cujo estopim passa a ser a arbitrariedade burocrática – como atos contra o Estado soviético.

29 de outubro – As bolsas de trabalho são transformadas em escritórios do Narkomtrud, que passa a funcionar como ofertante monopolista de força de trabalho. O Narkomtrud começa a fornecer carteiras de trabalho a pessoas de ambos os sexos, dos 14 ao 55 anos. Também os membros da burguesia são intimados a apresentar a carteira para receber rações alimentares, que podem ser cassadas se recusarem qualquer proposta de trabalho “socialmente útil”. Estas medidas são regulamentações do recém-aprovado Código de Trabalho.

Uma vez extintas as bolsas de trabalho, já cerceadas em suas liberdades desde sua criação em janeiro, o vazio é ocupado pelo Narkomtrud, que passa a funcionar como uma espécie de “Comissariado do Povo para a Vida que Todos Devem Levar”. Na nova função, o Narkomtrud resolve a dubiedade do Código de Trabalho criando um modo de produção – apresentado como não-capitalista – baseado no princípio “quem não trabalha não come”, segundo o qual todos os membros da sociedade nascem com obrigações perante o Estado, e não o contrário.

30 de outubro – Decreto do SovNarkom institui dois novos impostos: um “imposto revolucionário extraordinário”, sobre proventos em dinheiro, e um imposto em produtos (para os camponeses). A intenção é tributar os salários urbanos mais altos (os salários baixos são isentos); e, no campo, nivelar todos no padrão mais baixo de renda, pois o imposto em produtos é calculado sobre a base das necessidades supostas do camponês e sua família, o resto sendo considerado “excedente” a ser recolhido pelo fisco. O primeiro imposto será abandonado em maio de 1919, ante a feroz oposição dos assalariados mais bem pagos (os alvos do imposto), cujos serviços são indispensáveis; o segundo imposto colidirá com a autoridade dos destacamentos armados, que já confiscam tudo que encontram estocado no campo.

Vê-se que em 1918 e 1919 a relação de forças no processo revolucionário ainda põe limites, nas cidades, à ação da ditadura bolchevique; mas no campo a limitação mais efetiva da ditadura é dada pelas liberdades do próprio aparelho estatal.

Ainda em outubro – O SovNarkom proíbe a tomada de indústrias por qualquer instituição soviética que não o Vesenkha. A proibição indica que estão ocorrendo estatizações “selvagens”, por iniciativa de soviets locais e *sovnarkhozi*. No contexto desse conflito entre os órgãos de administração local e o governo central há uma controvérsia entre os *sovnarkhozi* (conselhos regionais da indústria) e os *glavki* (centralizadores de ramos industriais), estes sendo os instrumentos do governo central para administrar a indústria. Tal controvérsia gira em torno da liberdade de iniciativa local e evolui para um conflito teórico, que se concentra sobre dois pontos: 1) o uso de técnicos burgueses nas fábricas estatizadas (com salários mais altos), prática condenada pelos bolcheviques radicais presentes nos *sovnarkhozi*. Tal prática é defendida por Lenin, que segue Trotsky nesta questão, afirmando que neste momento não se pode evitar o pagamento de melhores salários aos técnicos burgueses na indústria estatizada. E, sobre este ponto, consegue impor sua autoridade; e 2) a nomeação de um gerente único nas fábricas, proposta de Lenin, que antes fora, como a maioria do partido, a favor da direção colegiada. Aqui, a resistência de parte da direção bolchevique, que ainda não perdeu a desenvoltura nos debates com Lenin, consegue bloquear a nova proposta por algum tempo.

O conflito entre o SovNarkom e as instituições locais da indústria indica que pelo menos um certo número de *sovnarkhozi* e soviets continuam vivos. E enquanto a chama da revolução vai se dispersando pelos soviets que ainda deliberam, o Vesenkha vai se transformando num fantasma, embora o número de seus funcionários passe de 300 para 2.500 em um ano, ou talvez justamente por isso. A expressão “conselho superior” (*vechni soviet...*), que justificara parte de seu nome, perde realidade, pois o dito conselho, com 69 membros, não é mais convocado e fica reduzido a um departamento estatal, apesar de manter o nome Vesenkha. Em suma, alguns *sovnarkhozi* são o que resta do Vesenkha original, o que explica as atividades locais autônomas que o SovNarkom quer agora encerrar. Ao mesmo tempo, a nova proibição do SovNarkom deixa claro que, para a direção bolchevique, nesta fase de sua evolução, a expropriação da burguesia não cabe mais ao poder revolucionário (concretizado nos soviets), e sim ao Estado.

6 a 9 de novembro – O 6º Congresso Pan-Russo dos Sovietes marca a mudança de política em relação aos camponeses médios, que agora devem ser “persuadidos” das vantagens do socialismo, sem violência. Após este congresso, os *kombiedi* param de crescer e sua ação é freada.

Lenin aproveita esse congresso dos soviets, que já não tem poder real, mas ainda reflete uma pluralidade de forças políticas, para tentar uma conciliação

com os camponeses médios, visto serem estes os responsáveis pela maior parte da produção. Mas se trata de uma tática conciliatória com o objetivo de evitar a derrota na guerra civil, e não de uma mudança de política em relação aos camponeses. Mesmo porque os *kombiedi* serão substituídos por destacamentos armados do Narkomprod.

13 de novembro – Com a revolução de novembro na Alemanha, que derruba a monarquia, o governo soviético considera nulo o Tratado de Brest-Litovsk. Consequência direta dessa decisão, reconhece as Repúblicas Soviéticas da Estônia, da Letônia e da Lituânia em 23 de dezembro e estabelece a República Socialista Soviética da Bielorrússia, no fim do ano.

17 e 18 de novembro – Em Omsk, oficiais e políticos conservadores dão um golpe de Estado, dissolvem o Governo Provisório Pan-Russo e instalam uma ditadura militar. O ministro da Defesa, Aleksandr Kolchak (1874-1920), um dos principais comandantes do Exército Branco, assume o poder como “dirigente supremo”.

21 de novembro – Todo o comércio da RSFSR é declarado prerrogativa exclusiva do Estado soviético, que organiza a distribuição através do Narkomprod, o qual também fixa os preços.

Vendo-se forçado, por causa da queda do plantio, a tolerar a agricultura familiar, o governo procura controlá-la por meio da imposição estrita do comércio estatal, a preços por ele arbitrados. A medida atinge também as cooperativas de consumo e termina sendo um fator de expansão do mercado negro. Trata-se, agora, de um mercado negro popular, e não mais do tradicional mercado negro dos mais abastados.

Dezembro – O Vesenkha passa a criar seções especiais nos *sovnarkhozi* para “organizar” a indústria rural. Há uma vasta indústria artesanal no campo russo, constituída em parte por minúsculas empresas artesanais e em parte por empresas de caráter mercantil baseadas no velho sistema de trabalho em domicílio, que tira proveito da longa estação morta da agricultura. A importância dessa indústria rural é enorme para os camponeses, que por meio dela obtêm muitos produtos manufaturados. O SovNarkom e o Vesenkha parecem afligir-se com a suposta ineficiência dessa indústria rural, que pretendem resolver agrupando-a em cooperativas controladas pelo Estado. Na realidade, estão aflitos com o “desvio de energia” dos camponeses, que diminuíram neste verão a área cultivada em reação ao confisco das colheitas. Para os artesãos e camponeses em geral, esta nova intervenção do SovNarkom se traduz, de imediato, em proibição do artesanato individual, que sempre fizera parte da vida aldeã e constituía uma liberdade residual de inverno, preservada mesmo sob o czarismo. O corte dessa liberdade repõe o conflito dos camponeses com o poder soviético, fechando novamente a porta à conciliação, recém-aberta com a dissolução dos *kombiedi*.

Neste momento de bloqueio interno e descrédito da tese do capitalismo de Estado, Lenin já se orienta para a administração estatal direta em toda a

indústria. E a medida será mais um fator de inchaço inútil do aparelho do Vesenkha que, já tolhido por dificuldades enormes em sua intervenção na grande indústria estatizada, agora terá de assumir também a missão impossível de controlar e coibir incontáveis atividades artesanais arcaicas, mas que ainda funcionam a contento para seus clientes.

2 de dezembro – Decreto do SovNarkom determina novas eleições nos sovietes do campo e a integração dos comitês de camponeses pobres a eles. A política do governo será aplicada por esses sovietes unificados, e não mais pelos *kombiedi*, que na prática deixam de existir. A contenção dos *kombiedi*, iniciada em novembro, é uma concessão aos camponeses médios.

Durante esta segunda metade de 1918, os bolcheviques descobrem que os camponeses pobres, quando agrupados por piquetes armados vindos das cidades, tendem a agir como saqueadores e, quando convidados a formar comunas agrícolas (a partir de julho), resistem tenazmente a desligar-se de seus pequenos cultivos de subsistência. E assim, finalmente, Lenin é forçado a concluir que não há mujiques socialistas.

1919

10 a 25 de janeiro – No 2º Congresso Pan-Russo dos Sindicatos, a atribuição aos sindicatos das funções de organizar a produção e disciplinar o trabalho nas fábricas é afirmada com máximo vigor. Lenin precisa sua posição a respeito: os sindicatos têm a tarefa de “preparar as massas laboriosas para a tarefa de administrar o aparelho de Estado e os órgãos econômicos de direção” e, dada essa função, o meio adequado é a estatização dos sindicatos. O Partido Bolchevique tem 450 delegados, de um total de cerca de 600. Contra a proposta de Lenin, além de alguns anarquistas reivindicando todo o poder aos sindicatos, só há 30 votos pela independência em relação ao Estado e 37 contra a atribuição de funções da administração estatal aos sindicatos no presente estágio da revolução, de uma fração bolchevique, a Social-Democrata Internacionalista, liderada por Solomon Lozovsky (1878-1952). Em sua resposta, Lenin afirma que a estatização dos sindicatos não deve ser entendida como “fusão”, mas sim como ação conjunta estreitamente coordenada na preparação dos trabalhadores para a tarefa de administrar o aparelho de Estado e os órgãos de direção econômica.

Cabe notar, em primeiro lugar, que o fato de haver maioria bolchevique neste congresso, já realizado sob o regime de ditadura do partido, não expressa uma realidade comparável à da maioria obtida no 1º congresso. Em segundo lugar, que o entusiasmo geral pela “construção do socialismo”, supostamente em andamento neste momento de vitórias na guerra civil, ofusca as velhas convicções sobre a liberdade sindical em proveito de novas ideias sobre o

sindicato como instrumento daquela construção. Razão pela qual a discussão sobre a relação dos sindicatos com o Estado está falseada neste congresso sindical. Lenin teme a fusão, mas quer uma estreita coordenação conjunta. Tanto ele como a maioria do congresso partem da premissa, tida como mais ou menos óbvia, de que o fim supremo de todas as formas de organização operária é participar da edificação do socialismo, que seria um fato presente. Está simplesmente ausente a preocupação em esclarecer se os sindicatos devem ou não manter real capacidade de mobilizar os trabalhadores para reivindicar alguma coisa e nem sequer é sonhada a hipótese de que possam reivindicar contra o Estado. A vida mostrou, porém, que sindicatos e Estado só podem participar da edificação socialista de forma contraditória. O Estado organiza a defesa do processo revolucionário, respondendo a aspirações gerais da sociedade. Tais interesses, entretanto, não estão abstratamente definidos de uma vez por todas desde o começo da revolução. Ao Estado deve contrapor-se o movimento livre dos trabalhadores, para que se mantenha aberto o espaço para novas formas de cooperação social. Impedir que essa contradição se manifeste é petrificar relações sociais insustentáveis a longo prazo.

Ainda em janeiro – O Tsentrosiuz (órgão central das cooperativas) organiza o Congresso Pan-Russo de Cooperativas de Consumo. Os bolcheviques são minoritários, mas não aceitam ficar minoritários na mesa diretora do evento e se retiram.

A atitude do Partido Bolchevique revela o desejo de ser tratado como o partido no poder, e não apenas como a representação de uma corrente política; e revela também que ele já se encontra num momento de sua evolução em que não mais aceita que qualquer atividade fuja à linha política de seu governo.

Janeiro e fevereiro – O Exército Vermelho monta uma ofensiva bem-sucedida para retomar a Ucrânia e entre 3 e 5 de fevereiro captura Kiev, Kharkov e Riga, mas não avança além disso no sul. Denikin consegue expulsar os bolcheviques do norte do Cáucaso, da Crimeia e de Odessa e passa a controlar a região.

14 de fevereiro – O governo estatiza todas as terras. Seu decreto determina que todas as terras são de propriedade do Estado e anuncia a passagem da utilização individual do solo à utilização coletiva. O decreto não implica expropriações imediatas, mas deixa claro que todas as formas de utilização individual do solo agrícola devem ser consideradas “provisórias e caducas”. Também afirma o início de uma nova “economia de produção única” (integralmente coletiva), proclamada como a do “gasto mínimo de trabalho do povo”. E define três formas obrigatórias de organização coletiva para os camponeses que não estiverem empregados em um *sovkhos* (que, a rigor, é exploração estatal, e não coletiva). Essas três formas são: 1) o *artel*, em que só a comercialização do produto é comum, e funciona como uma cooperativa de comércio agrícola; 2) o *tooz* (de *tovarichtchestvo obchtchestviennoi obrabotkie ziemi* = associação para o cultivo comum da terra), em que se cultiva a terra em comum, mas as propriedades permanecem separadas e o produto é repartido conforme o tamanho da terra de cada

um. Trata-se de uma criação espontânea dos camponeses para suprir a carência meios de produção no campo; e 3) a comuna, em que a terra não é dividida e o gado e os instrumentos agrícolas são de propriedade comum, o produto sendo distribuído segundo as “necessidades reais” de cada um.

Diga-se de passagem, os camponeses denunciam o *sovkhos* como latifúndio explorador e, contra ele, defendem o consenso revolucionário do “decreto modelo” do 1º Congresso Pan-Russo dos Sovietes, no qual (então com o apoio bolchevique) fora proibido o assalariamento agrícola; sendo que esta denúncia é de certo modo legitimada pela contratação de técnicos e agrônomos das antigas fazendas burguesas para dirigir os *sovkhoses*. A partir de agora, diante da restrição de escolha, o *artel* e o *tooz* se tornam as formas de cultivo preferidas dos camponeses. Sendo que o *artel* é a única com adesão crescente durante todo o período do comunismo de guerra, pois parece facilitar a solução do grande problema da época: escoar a produção restante após os confiscos, o que exige se disfarçar de fazenda coletiva. Por outro lado, essa distribuição das escolhas camponesas tem muito a ver com o estatuto de 138 artigos baixado pelo Comissariado do Povo para a Terra (Narkomziem, na abreviação russa) para as explorações coletivas, que não valoriza a livre escolha da comuna. No estatuto, a principal diferença entre esta e o *sovkhos* está em suas relações com a burocracia: o *sovkhos* é colocado sob a dependência direta dos soviets e indireta do Narkomziem e a comuna sob a dependência direta do Narkomziem. O fato de ser a comuna, diferentemente do *sovkhos*, uma organização coletiva espontânea é considerado secundário.

A regra estatutária para a distribuição do produto entre os membros das comunas “segundo as necessidades reais” (o resto sendo entregue ao Estado) não leva em conta que as “necessidades” dos trabalhadores são resultado de uma relação de forças entre as classes e que os camponeses libertados da opressão czarista esperam melhorar seu nível de consumo. Ou seja, o Narkomziem entende que a miséria secular do mujique corresponde à sua necessidade real de consumo. Note-se também que os burocratas do Narkomziem não aceitam a exploração coletiva livre da terra. Acham necessário tutelar os camponeses. Daí os modelos obrigatórios de estatuto. E a tutela é organizada de tal modo que a miséria maior é reservada aos aderentes das comunas. Em suma, a ditadura bolchevique, por força da inépcia natural da *intelligentsia* russa em lidar com os camponeses, impede que uma parte do campesinato seja atraída para a exploração coletiva da terra. As 2.100 comunas existentes no fim desse ano se reduzirão a 1.520 em 1920, em pleno comunismo de guerra. Muito provavelmente isso é um reflexo pálido da desesperança dos camponeses de sair da subsistência mínima por meio da agricultura coletiva sob a ditadura bolchevique. Na realidade, essa estatística diz respeito a falsas comunas. Pois estas estão enquadradas num estatuto que as define como unidades agrícolas do Narkomziem, ao qual pertence a produção,

apenas subtraída a subsistência mínima dos produtores. Não cabe aqui o argumento da guerra civil para justificar esse modo de repartição do produto, uma vez que o estatuto institui um direito do Narkomziem sobre as comunas, o que é diferente da mera arrecadação de todo o excedente por parte do Narkomprod motivada pela guerra. Carr caracteriza esse estatuto das comunas como norma de “comunismo primitivo”, por causa do voto de vida coletiva na pobreza nele implícito. Voto de pobreza coletiva, porém, é coisa de mosteiro trapista, não de comuna socialista.

A base disso tudo é a recusa dos bolcheviques a admitir uma revolução no campo. Para eles, a tomada das terras pelos camponeses se opõe à revolução proletária, logo, a grande tarefa dos revolucionários seria enquadrar os camponeses no sistema produtivo dirigido pelo poder soviético. Mas realizar essa tarefa implica restaurar o secular rebaixamento social do campesinato russo. O simples fato de estarem as comunas submetidas estatutariamente a um regime de consumo determinado pelo Estado reduz seus membros a produtores cativos, retirando-lhes o status de homens livres, com direitos sobre o produto de seu trabalho. Pois não se pode equiparar a exigência de uma contenção de consumo provocada pela guerra civil com a definição de um consumo máximo conforme uma “necessidade” arbitrada pelo Estado. O consumo restrito para dar o máximo ao esforço de guerra é uma exigência que se faz a cidadãos em situações de emergência; o consumo máximo é uma regra que se impõe ao gado.

15 de fevereiro – Decreto do SovNarkom autoriza empresas industriais, sovietes urbanos, cooperativas de consumo e sindicatos a explorar terras agrícolas sob a forma de *sovkhoz*.

A iniciativa não tem grande possibilidade de expansão, porque a tomada das terras pelos camponeses havia destruído o mercado de mão de obra agrícola. Entretanto, a preferência pelo *sovkhoz* evidencia mais uma vez a vontade da direção bolchevique de contrapor a exploração por assalariados do Estado à exploração familiar camponesa. É uma posição que prioriza a forma de exploração (estatal) e nega o conteúdo (libertador) da apropriação da terra pelos camponeses.

2 a 7 de março – Congresso de fundação da 3ª Internacional, também chamada de Internacional Comunista ou Comintern. O congresso ocorre em Moscou, chamado pelos bolcheviques, e reúne representantes de movimentos socialistas da maioria dos países europeus, além de observadores da Ásia central, da China e da Coreia. A decisão de criar a Comintern é do dia 4. Zinoviev é eleito seu presidente.

18 a 23 de março – O 8º Congresso do Partido Bolchevique decide criar uma “rede única de comunas de consumidores”, em substituição às cooperativas de consumo gerais e de trabalhadores. Durante o congresso, o SovNarkom publica um decreto que transforma compulsoriamente todas as cooperativas em comunas de consumidores.

Lenin, preocupado com a reação popular negativa à interferência estatal na única iniciativa coletiva espontânea que ainda funciona bem, consegue impor que a estatização se faça sob a forma de “supervisão” das cooperativas e do Tsentrosoiuz pelo Narkomprod. Mas os bolcheviques indicados para essa função não se acanham e tomam posse das instituições que teoricamente “supervisionam”. Nos meses seguintes, vários diretores de cooperativa são presos sob a acusação de “resistência ao Estado”. Esta resistência das cooperativas populares continuará sob a forma de passagem ao mercado negro, que será, até o fim do comunismo de guerra, o mercado do povo. O novo sistema de distribuição instaurado pelo SovNarkom já não é um monopólio de comércio, mas sim um sistema de arrecadação para distribuição de rações. É até certo ponto natural que a situação criada pela guerra civil empurre a distribuição nesse sentido, principalmente a de alimentos. Menos natural é a crença da nova base bolchevique de que se está realizando o comunismo diretamente.

A liquidação das cooperativas de consumo decorre da infundada crença de que todo comércio privado é inevitavelmente base da economia capitalista. É uma crença que confunde mercado com capitalismo e rejeita o comércio em nome do avanço ao socialismo. Capitalismo, porém, é o movimento expansivo do capital na exploração da força de trabalho e na apropriação da mais-valia sob a forma de lucro e de juro, e não a mera circulação privada de mercadorias. Essa confusão, transformada em prática obrigatória graças à ditadura do partido, torna-se um fator de ineficiência econômica e de mais sacrifícios para o povo. Para impor o cumprimento do decreto, o Narkomprod precisa erguer barreiras em todas as estradas, para controlar a circulação de tudo que vai do campo para as cidades, e nestas, organizar a repressão contra as redes de abastecimento clandestino. E daí vem a pior seqüela dessa medida, que é uma nova ampliação do aparelho de Estado, agora chamado à enorme tarefa de fiscalizar a circulação de tudo em toda a RSFSR, com o aumento do caráter repressivo desse aparelho, que, após voltar-se contra os camponeses, passa agora a se voltar também contra a população urbana.

Março a julho – O Exército Branco recupera territórios na Sibéria e chega a retomar a região de Ufá. Mas os bolcheviques concentram forças nesse front e lançam sua última ofensiva em abril, impondo derrotas continuadas a Kolchak e empurrando suas forças para o leste.

10 de abril – Decreto de mobilização geral da população para o trabalho, tendo em vista o aguçamento da guerra. Os sindicatos, já destinados à tarefa de organizar a produção desde janeiro, ficam agora encarregados de pôr em prática a mobilização geral. Nesta tarefa, porém, seu desempenho não será brilhante.

12 de abril – Introdução dos “sábados comunistas” de trabalho gratuito na indústria.

Esta prática terá um longo futuro na RSFSR e depois na União Soviética (URSS) e ajudará muito a criar a imagem de certo “socialismo” fundado na abnegação militante.

15 de abril – O Vesenkha cria campos de trabalho forçado para infratores das leis. São pagos a um quarto do salário normal. Esta função dará novo impulso ao Vesenkha burocratizado. Economicamente, porém, esse tipo de mão de obra tem uma importância marginal neste momento.

A ideia do trabalho forçado, que é de origem burguesa, para os bolcheviques tem a finalidade de punir, e não de “reeducar” como depois inventou a burocracia chinesa. A diferença é importante, não só porque punição tem duração definida e reeducação não, mas principalmente porque a punição é exercida para coibir infrações à lei, e não para moldar a personalidade dos homens.

15 de maio – Decreto que elimina todo limite à emissão monetária. A medida é determinada pela guerra civil, mas a esta altura dos acontecimentos já domina entre os bolcheviques a falsa ideia de que a destruição das funções da moeda, causada pela emissão livre, é um modo de destruição da economia capitalista.

Trata-se de uma virada no sentido da destruição deliberada da moeda. Mas enquanto vai diminuindo a função circulatória da moeda (até praticamente desaparecer nos últimos meses do comunismo de guerra) vai se acirrando o conflito do Estado soviético com o povo, que busca se abastecer por todos os meios. Por outro lado, o resultado último dessa política monetária é a substituição do comércio pelo escambo, o que é visto pela nova safra de bolcheviques como a realização do comunismo. Na realidade, chegar ao escambo é um retrocesso enorme em termos de eficiência circulatória.

Maio a agosto – Denikin assume o comando dos exércitos dos Cossacos do Don e de Pyotr Wrangel (1878-1928) e os unifica com seu Exército Voluntário, sob o nome de Forças Armadas do Sul da Rússia. O general inicia uma grande ofensiva de primavera: em 16 de junho, captura Tsaritsyn (Stalingrado entre 1925 e 1961 e hoje Volgogrado) e no começo de julho decide avançar em direção a Moscou. Em 30 de agosto, retoma Kiev, mas pouco depois a campanha para o norte passa a enfrentar problemas.

28 de setembro – O Conselho Central dos Sindicatos recebe ordem de distribuir uniformes aos operários, que passam a ser considerados “em serviço militar”. E é ordenada a criação de tribunais disciplinares nas fábricas, chamados “tribunais fraternais de disciplina”, providos de “guardas comunistas” e de prisões. Cerca de metade das punições dos tribunais de fábrica são por impontualidade no trabalho, mas há também punições por “falta aos ‘sábados comunistas’” e por “propaganda pelo encurtamento da jornada de trabalho”. Este último caso é revelador do clima de repressão ideológica criado pela militarização do trabalho nas fábricas.

Esta data marca a vinda à luz da grande ilusão bolchevique no modo militar de construção do socialismo. O maior problema trazido por essa ilusão é o tamanho

do aparelho repressivo exigido para tentar torná-la realidade. Agora, além da hipertrofia do aparelho de fiscalização, decorrente da centralização de todas as atividades industriais pelo Vesenkha, além dos milhares de militantes a enquadrar os destacamentos armados do Narkomprod para a requisição de todo o excedente dos camponeses, assim como os destacamentos para bloquear as estradas na repressão ao comércio clandestino, além das tropas interiores da Tcheka, inteiramente comunistas, além dos destacamentos comunistas organizados em todas as unidades do exército, o Partido Bolchevique precisa recrutar militantes para servir na guarda comunista das fábricas. Deixando de lado o problema da exorbitância repressiva que é a presença de um destacamento militar e uma prisão em toda fábrica importante, o simples tamanho do recrutamento requerido por tantas tarefas da ditadura bolchevique não pode deixar de rebaixar a qualidade dos recrutados. Sendo que também há o efeito desmoralizante da brutalidade exercida contra camponeses e operários, a combinar-se com a superficialidade da vocação socialista. Não vale, portanto, reclamar da baixa qualidade dos militantes do “recrutamento leninista”, mais tarde apresentada como fator de burocratização do Estado soviético, sem pôr em questão a política do comunismo de guerra por inteiro e a própria ditadura bolchevique.

Outubro a dezembro – O Exército Vermelho captura Omsk em 14 de novembro. Kolchak perde o controle de seu governo, abandona a cidade e vai com o Exército Branco para Irkutsk. A Legião Tcheca, que não se entende com Kolchak, anuncia que abandona a guerra e reivindica sua evacuação imediata. Conforme a frente siberiana se reduz, os bolcheviques transferem tropas para o sul e bloqueiam o avanço de Denikin para Moscou, derrotando-o numa série de batalhas entre outubro e novembro. Em dezembro, os bolcheviques recuperam Kiev e Kharkov.

24 de dezembro a 7 de fevereiro de 1920 – Uma revolta em Irkutsk liquida de vez o governo de Kolchak e instala um centro político de SRs que em janeiro transfere o poder ao recém-criado Comitê Revolucionário da Sibéria, bolchevique. Kolchak foge, mas pouco depois é interceptado por soldados da Legião Tcheca, que o prendem e o entregam ao comitê. Ele é julgado e fuzilado em 7 de fevereiro. Remanescentes de suas tropas juntam-se ao Exército do Extremo Oriente, que é derrotado em novembro de 1920 e se refugia na China.

1920

Janeiro a abril – No sul, Denikin recua para a região do rio Don, numa evacuação desastrosa, em que perde um terço de suas tropas. O general se demite em março; Wrangel assume o comando das Forças Armadas e se concentra na Crimeia a partir de

abril. O Diretório ucraniano faz um acordo com a Polônia, pelo qual cede territórios disputados em troca de ajuda para reconquistar as áreas ocupadas pelos bolcheviques.

15 de janeiro – Decreto do SovNarkom mobiliza para o trabalho o 3º Exército do Ural, onde haviam cessado os combates. É denominado de “Primeiro Exército Revolucionário do Trabalho”. Este ato, noticiado por Trotsky como fruto de “sugestão espontânea” dos próprios soldados, dá impulso à militarização do trabalho civil. Durante a campanha de Trotsky pela restauração das estradas de ferro surge pela primeira vez a denominação militar *udarnik* (de *udar* = choque), designando o operário ou o grupo que trabalha com o denodo de uma tropa de choque. Os primeiros *udarniki* são espontâneos e pouco importantes numericamente. Entretanto, a iniciativa terá um grande desenvolvimento, não espontâneo, durante o comunismo de guerra. No fim desse ano haverá nas fábricas mais *udarniki* do que operários comuns.

29 de janeiro – Novo decreto do SovNarkom mobiliza toda a população para o trabalho. É criado um novo comitê principal (*glavk*), ou seja, um novo “ramo industrial”, mas subordinado ao Narkomtrud, e não ao Vesenkha, a cargo da mobilização civil. Tal decreto é consequência do fracasso dos sindicatos como órgãos de mobilização da população para o trabalho.

23 a 29 de janeiro – O 3º Congresso dos Sovnarkhozi propõe a introdução de uma nova moeda, baseada numa unidade de tempo de trabalho, que passa a ser apelidada de “tred” (de *trudovaia edinitsa* = unidade de trabalho) e tem pleno apoio de Lenin, que já lançara a ideia em dezembro 1918. Os encarregados da contabilidade, porém, não conseguem fazer o câmbio de rublos para treds; e o Narkomfin não se atreve a imprimir a nova moeda. Precisa do rublo em queda para continuar pagando o menos possível pelos produtos que ainda é preciso pagar aos camponeses. Lenin, informado, para de discursar a favor do tred e a iniciativa cai no esquecimento.

O pessoal dos *sovnarkhozi* certamente tem uma ideia vaga do que é a moeda segundo Marx, assim como Lenin. Mas o comportamento do Narkomfin revela que este já sucumbira ao fascínio da propriedade do dinheiro de expressar preços afastados do valor, (apontada por Marx no livro 1 do *Capital*), principalmente a favor de quem controla seu fluxo.

Março a junho – A Polônia começa uma ofensiva para leste e toma Mozyr e Ovruch. Em 24 de abril, entra na Ucrânia e no dia 7 de maio, toma Kiev. Os soviéticos reagem e recuperam a cidade em 13 de junho.

29 de março a 5 de abril – O 9º Congresso do Partido Bolchevique confirma o princípio da militarização do trabalho como meio de instituir uma nova disciplina fabril. O bom resultado do experimento de Trotsky com o 3º Exército do Ural é o fundamento dessa decisão. Ex-comissário do Trabalho, Alexander Shliapnikov (1885-1937) defende a tese oposta, de controle da indústria pelos sindicatos, mas é derrotado. Neste congresso, posterior à vitória sobre Kolchak, o prestígio do comunismo de guerra está

em seu apogeu, assim como o de Lenin, que finalmente consegue fazer aprovar sua proposta de gerente único para cada fábrica, rejeitada no congresso anterior.

A militarização dos trabalhadores é um poderoso fator destrutivo de relações humanas. Naquele clima de guerra contra a agressão externa, em que o idealismo revolucionário se combina com um patriotismo republicano novo, pesa muito o sentimento de que o processo de transformação socialista deveria ser um grande movimento unânime das massas exploradas, baseado na ilusão de que o caminho para o socialismo já está definido. Segundo Marx, porém, o movimento de uma classe explorada nasce do conflito comum com a classe exploradora, e não da mera situação comum. A vitória desfaz a unanimidade desse movimento, razão pela qual a fase inicial do pós-capitalismo manifesta todos os defeitos da sociedade vencida. Isso é não só inevitável como necessário, porque o fim do movimento operário unânime faz parte do processo de dissolução das classes exploradas no *continuum* da humanidade livre. E só nesse processo pode nascer uma sociabilidade genérica não impulsionada pela oposição do homem consigo mesmo. Tentar preencher o vazio deixado pela extinção da velha unanimidade da classe operária com uma disciplina de quartel simplesmente bloqueia o aparecimento da nova sociabilidade humana. Infelizmente, parece que Lenin e os bolcheviques em geral, ofuscados pela convulsão social gigantesca que viviam, não puderam se dar conta de que não há avanço unânime para uma sociedade realmente nova.

Março-abril – Após o 9º Congresso do Partido Bolchevique começa a prática de tratar os faltosos ao trabalho nas fábricas como “desertores”. Mas é no campo (como é natural na Rússia) que a disciplina militar funciona com mais rigor. Durante a primeira metade de 1920, cerca de 6 milhões de camponeses são mobilizados para a produção de madeira. Nesta época tende a ganhar impulso o trabalho forçado para os infratores da lei, inclusive sendo criados campos de trabalho para menores infratores. E surge ainda uma forma mais dura de trabalho forçado, que é o “campo de concentração” (termo e prática que terão enorme voga nos decênios por vir), criado nesta mesma época e reservado aos considerados contrarrevolucionários, o que pode significar simplesmente resistentes à ditadura bolchevique.

6 de abril – É fundada a República do Extremo Oriente, cuja independência é aceita pela RSFSR em maio e pelo Japão, já que acaba servindo como um Estado-tampão entre os dois países. Com a derrota das últimas forças brancas na região no fim do ano, a república transferirá sua capital para Chita (tomada em 21 de outubro).

6 a 13 de abril – O 3º Congresso Pan-Russo dos Sindicatos é o último congresso sindical com liberdade de manifestação de divergências. A oposição menchevique denuncia a militarização da população civil e exige que o trabalho seja livre. Trotsky responde perguntando se existiu “trabalho livre” em qualquer época da história, para em seguida afirmar que o trabalho de toda a população ativa, regulamentado por um plano econômico obrigatório, “é a base do socialismo”. Lenin é mais comedido, mas declara

necessário manter a militarização, enquanto não forem criadas “novas formas de disciplina social”.

No calor do entusiasmo pelas vitórias militares na guerra, os dirigentes bolcheviques chegam a minimizar a diferença entre o trabalho sob coerção direta (como o escravismo ou no feudalismo) e o trabalho por simples necessidade de ganhar a vida (no capitalismo). A contradição maior, porém, em relação ao programa bolchevique original, é a tese da coerção como “base do socialismo”, o que é diferente de admitir a necessidade de coerção durante certo período, como tenta dizer Lenin. Mas, se evita afirmar o princípio do socialismo baseado na coerção, Lenin não hesita em admitir o trabalho sob coerção como necessário por um tempo, que deixa indefinido. Além disso, ele está firmemente decidido a envolver os sindicatos na aplicação da disciplina fabril, ou seja, a dar-lhes funções que competem a gerentes de produção. E isso porque supõe que o “gerente” sendo o Estado soviético e sendo este Estado o “verdadeiro” representante dos trabalhadores, não há porque separar suas funções das que cabem aos sindicatos. Dado este fundamento teórico, Trotsky é apenas mais consequente do que Lenin ao propor a transformação dos sindicatos em simples “uniões de produção” executoras da planificação estatal.

28 de abril – Levante comunista em Baku derruba o governo azerbaijano. É proclamada a República Socialista Soviética do Azerbaijão.

17 de julho a 7 de agosto – A Internacional Comunista realiza seu 2º Congresso em Petrogrado, mais amplo que o anterior, pois desde então recebera muitas adesões. Sua tarefa principal é fixar estatutos e diretivas. Por insistência de Lenin, que vê grandes inconsistências políticas nos novos membros, a Comintern estabelece 21 condições que cada partido deve aceitar para ser um membro. Entre elas está o rompimento total com o reformismo e o centrismo – incluindo a expulsão de líderes e militantes alinhados a essas ideias –, a submissão às decisões da Internacional e a obrigação de mudar seu nome para Partido Comunista. O encontro também aprova a realização do 1º Congresso dos Povos do Oriente, que ocorrerá de 1º a 7 de setembro, em Baku (capital do Azerbaijão, então parte da Rússia soviética).

Julho a outubro – O contra-ataque soviético leva os poloneses a bater em retirada. No dia 14, Vilna é tomada, seguida de Brody. As tropas do Exército Vermelho avançam rapidamente e tomam Grodno no dia 19, Brest-Litovsk em 1º de agosto e se aproximam de Varsóvia. No sul, os poloneses são expulsos da Ucrânia. Em 12 de agosto, a Polônia reage e, contra todas as expectativas, vence a Batalha de Varsóvia e obriga os soviéticos a recuarem. Ao longo de setembro, os poloneses impõem várias derrotas ao Exército Vermelho e avançam para o leste em todas as frentes de batalha. No início de outubro, os bolcheviques propõem abrir negociações de paz e no dia 12 um armistício é acertado. A paz será selada em março de 1921, com a divisão da Ucrânia: a parte ocidental ficará com a Polônia, mas a maior parte de seu território se tornará a República Socialista Soviética da Ucrânia.

Agosto e setembro – No dia 19, camponeses da vila de Kamenka, em Tambov, atacam uma equipe de requisição de grãos. Ao contrário dos muitos outros episódios semelhantes na época, o enfrentamento é o estopim de uma revolta que rapidamente toma todo o distrito. Uma aldeia atrás de outra resiste violentamente à requisição, expulsa bolcheviques, abole soviets. Os rebeldes organizam, sob a liderança do SR Alexandre Antonov (1882-1922), milícias armadas que impõem várias derrotas às tropas enviadas para reprimi-los. A partir deste segundo semestre, as revoltas camponesas se alastram por todo o país.

11 de outubro – São abolidos os pagamentos em moeda pelas instituições soviéticas. É a declaração oficial do desabamento da circulação monetária. A moeda continuará sendo emitida, mas, a esta altura, com pouca incidência sobre a vida das populações das cidades, que param de pagar aluguéis e se alimentam gratuitamente em refeitórios públicos. Há um posicionamento dúbio sobre a moeda entre os bolcheviques. Por um lado, o Narkomfin acha que é necessário manter uma circulação monetária (pelo menos para as trocas interindustriais) e, por outro, mesmo entre os tidos como especialistas em economia e marxismo, há uma defesa quase sentimental das trocas sem moeda.

Sem dúvida, isso faz parte do entusiasmo militante que confunde a distribuição gratuita de rações mínimas do comunismo de guerra com o comunismo propriamente dito. No congresso de março de 1921 Ievgueni Preobrajensky (1886-1937) saudará o partido por ter depreciado o rublo em 1/20.000, ao passo que os jacobinos franceses só depreciaram o *assignat* em 1/500, esquecendo sua defesa da circulação monetária durante a transição ao socialismo no *ABC do Comunismo*, livro do qual fora autor, com Bukharin.

Outubro e novembro – O Exército Vermelho inicia uma nova ofensiva contra Wrangel, que é derrotado em novembro e forçado a bater em retirada. Os bolcheviques ocupam toda a Crimeia, enquanto Wrangel e o que resta de seu exército fogem para Constantinopla.

29 de novembro – Decreto do SovNarkom estatiza todas as empresas com mais de dez operários e menos de cinco, se forem mecanizadas.

Este decreto mostra a confiança do Vesenkha na gestão estatal de toda a produção, apesar de suas dificuldades em dirigi-la efetivamente, mesmo só nas fábricas maiores. Agora, já ultrapassadas as fases do controle operário da produção (até janeiro de 1918) e do capitalismo de Estado (até setembro de 1919), tenta-se a administração de toda a atividade industrial pelo Estado, que passa a ser considerada mais eficiente do que a administração privada, graças à nova disciplina militar do trabalho.

Novembro e dezembro – Trotsky, apoiado por Bukharin, propõe a integração dos sindicatos ao aparelho de Estado, encarregando-os da produção e da disciplina trabalhista. A Oposição de Esquerda, corrente que se agrupara em torno de Shliapnikov ao longo do ano, se opõe à ideia violentamente, condena a militarização e a

burocratização e defende o controle operário sobre a produção, a ser exercido pelos sindicatos. A divergência se cristaliza em plataformas para o próximo congresso bolchevique e provoca intensa discussão, polarizando o partido nos meses seguintes. Lenin, apoiado por Zinoviev, Stalin e a maioria do comitê central, faz uma proposta intermediária, de manutenção do controle do partido sobre os sindicatos, mas com liberdade para que estes continuem a expressar as aspirações dos trabalhadores e a defender seus interesses.

2 de dezembro – O Comitê Revolucionário bolchevique ocupa Erivan, capital armênia, e proclama a República Socialista Soviética da Armênia.

22 a 29 de dezembro – 8º Congresso Pan-Russo dos Sovietes. É o primeiro depois de encerradas a guerra civil e as invasões estrangeiras e o último a ter delegados de mencheviques, SRs e grupos menores, mas já sem direito a voto. A preocupação agora é com a reconstrução do país e a discussão se concentra sobre a agricultura. Os mencheviques propõem o fim do abastecimento das cidades baseado no uso da força contra os camponeses e a permissão de comércio livre do que lhes sobre depois da arrecadação tributária, ou, pelo menos, de troca livre por produtos industriais com as comunas de consumidores. Lenin, porém, acha que o problema consiste em “descobrir a maneira de impor a autoridade do Estado para obter o aumento da produção agrícola”. E o congresso decide criar “comitês de sementeira”, para organizar cultivos obrigatórios em toda a Rússia. Esses comitês locais e provinciais são encarregados de registrar as sementes disponíveis entre os camponeses e redistribuí-las entre todos, definir e ampliar as áreas a serem semeadas, antecipar o tempo de arar a terra e melhorar os métodos de produção em geral.

Decisão insana. Nesse inverno, com o fim da guerra, metade das tropas é dissolvida. São 2,5 milhões de homens que se recusam a formar exércitos do trabalho, pois querem rever suas famílias, e voltam para suas aldeias. Muitos simplesmente vão embora com seus fuzis. O que encontram na terra natal os põe em fúria. E as revoltas no campo se generalizam a partir de janeiro de 1921.

1921

Janeiro a junho – As revoltas camponesas se estendem para Samara, Saratov, Tsaritsyn, Astrakhan e Sibéria. Durante o inverno, o governo se vê obrigado a suspender a requisição de grãos em 13 províncias. No mês de fevereiro, a própria Tcheka registra 118 revoltas camponesas. Em Tambov, o movimento chega a ter 50 mil combatentes, engrossado por soldados desmobilizados e desertores. Com a derrota de Wrangel na Crimeia, o Exército Vermelho destaca tropas para a região. Em abril, monta uma verdadeira campanha militar, mas só no fim de junho consegue debelar a rebelião. E Antonov e seus últimos seguidores só serão capturados e mortos um ano depois.

12 de fevereiro – Tropas soviéticas invadem a Geórgia, em apoio a uma rebelião bolchevique. No dia 25, tomam Tbilisi, a capital, e é instalada a República Socialista Soviética da Geórgia.

Fevereiro – Onda de greves em Moscou e Petrogrado. Nas resoluções das assembleias de fábrica misturam-se reivindicações de aumento das rações de alimentos, roupa e combustível para aquecimento com outras mais políticas, como o fim das restrições ao deslocamento para fora das cidades, a libertação dos prisioneiros operários e liberdade de expressão e reunião. As duas cidades são inundadas de publicações do Partido Bolchevique que não reconhecem a existência de greves e, quando não as qualificam de provocação a serviço dos capitalistas estrangeiros, dão-lhe um nome pejorativo, *volinka* (no sentido de “sabotagem dissimulada”).

A explicação tradicional para essas greves é a situação de miséria extrema e sua utilização política pelos SRs e mencheviques. O fato incontestável, porém, é que todas as greves se voltam contra a ditadura bolchevique, e não podem deixar de voltar-se contra ela, com ou sem propaganda dos opositoristas. Porque a repressão aos camponeses e os bloqueios de estrada para reprimir as redes de abastecimento clandestinas das cooperativas populares concentram sobre o partido no poder toda a responsabilidade pela escassez de alimentos. E o operariado das cidades se pergunta se é aceitável o desenvolvimento de um sistema repressivo tão amplo, sem qualquer consulta aos trabalhadores não-bolcheviques.

24 de fevereiro – Em Petrogrado ocorrem prisões em massa de “agitadores” e membros de partidos da oposição, além do fechamento das fábricas mais mobilizadas. Zinoviev, principal dirigente de Petrogrado, organiza em cada distrito uma *troika*, constituída pelo chefe local do Partido Bolchevique, o comandante militar e o presidente do soviete distrital, para tomar as medidas necessárias à segurança, o que corresponde à aplicação de um estado de sítio.

Os sovietes, apesar da maioria bolchevique, precisam, neste momento, ser substituídos por comandos nomeados. O que evidencia, por um lado, a persistência de certa vitalidade revolucionária da base bolchevique – que, por isso mesmo, contém uma maioria ainda incapaz de chocar-se frontalmente com uma grande onda de descontentamento popular; e por outro lado, o grau de afastamento da direção em relação aos trabalhadores urbanos, sobre os quais pretendia se apoiar em sua política repressiva às “tendências pequeno-burguesas” dos camponeses.

28 de fevereiro – A guarnição de Kronstadt envia uma delegação às fábricas de Petrogrado para se inteirar da situação. Depois de ouvir seu informe, a tripulação do encouraçado Petropavlovsk adota uma resolução que, entre outras coisas, reivindica novas eleições em todos os sovietes, com voto secreto, liberdade de expressão, de reunião e de organização, libertação de todos os presos políticos, fim imediato das

barreiras nas estradas, equalização das rações de comida para todos os que trabalham e liberdade para os camponeses sobre suas terras.

1º de março – Assembleia de toda a guarnição de Kronstadt adota a resolução do Petropavlovsk, que se transforma no programa da revolta. Numa tentativa de baixar a tensão entre os marinheiros, o governo dá ordens para diminuir as exigências sobre os camponeses e afrouxar o controle de sua circulação pelas estradas e anuncia a compra de carvão no exterior para resolver a falta de combustível. Também são retirados das fábricas os destacamentos militares.

2 a 5 de março – Conferência de delegados das tripulações, soldados e outras unidades da base cria um comitê revolucionário provisório, encarregado de organizar a defesa de Kronstadt e administrar a cidade. O governo põe a província de Petrogrado sob lei marcial. No dia 5, Trotsky, comissário da Guerra, exige a rendição incondicional dos amotinados e avisa que já ordenou preparativos para “esmagar o motim e os amotinados pela força”, se necessário. Kronstadt se recusa a capitular.

8 a 17 de março – O primeiro ataque a Kronstadt, de madrugada, é repellido pelos rebeldes, cuja artilharia faz muitas vítimas entre os soldados que avançam pelo mar congelado para chegar à ilha. O ataque final ocorre na noite do dia 17: as tropas soviéticas conquistam a cidade depois de uma batalha terrível, que se estende pela madrugada. Os encouraçados Petropavlovsk e Sevastopol se rendem. Neste assalto, cerca de 3.300 homens morrem em combate e mais de 6 mil marinheiros fogem para a Finlândia. Ao governo soviético, os dois assaltos custam cerca de 3.400 mortos. Além disso, 2.168 insurrectos são fuzilados e cerca de 6.000 condenados a trabalhos forçados. Dentre os comunistas de Kronstadt, são fuzilados os 6 dirigentes que participaram da criação do comitê provisório e 64 militantes de base; outros 8 são condenados a cinco anos de trabalhos forçados.

8 a 16 de março de 1921 – O 10º Congresso do Partido Bolchevique aprova o fim do comunismo de guerra e a adoção da Nova Política Econômica (NEP), que restabelece a liberdade de comércio e o livre uso da terra pelos camponeses e acaba com as requisições. Este é o último congresso em que se podem apresentar as correntes internas divergentes da linha oficial. Lenin faz aprovar sua proposta sobre os sindicatos (ela tem 336 votos, a de Trotsky, 50 e a da Oposição Operária, 18) e a proibição de facções, deixando claro que não aceitará mais o tipo de divisão causado pelo debate em torno do tema. Em discurso dirigido às oposições internas, particularmente à Oposição Operária, diz: “Já gastamos muito tempo a discutir e devo dizer que agora vale mais ‘discutir com fuzis’ do que com as teses da oposição. Este não é o momento de ter uma oposição.” Cabe lembrar que este congresso se ocupa também da revolta da base naval de Kronstadt.

A insurreição de Kronstadt é o acontecimento culminante da revolta geral no campo e da onda de greves de fevereiro, sendo que é a primeira vez em que os conflitos no campo são acompanhados por fortes mobilizações operárias nas

principais cidades. É realmente a insustentabilidade da situação que leva Lenin a ceder um armistício em sua guerra contra o campesinato, para facilitar o abastecimento das cidades. E é este armistício, concretizado na NEP, que permitirá baixar a tensão social *in extremis* e salvar a ditadura bolchevique. No decorrer desses acontecimentos se faz visível o abismo cavado entre o poder soviético e as massas populares. A direção bolchevique não admite que haja uma onda de greves nas cidades, só se referindo a elas, em suas publicações, como “sabotagem dissimulada”; e entende que, no campo, há apenas um surto de “banditismo”, gerado simplesmente pela miséria (entendimento depois partilhado por muitos historiadores). Mas a terrível crise que atravessa o partido neste momento (que o congresso resolverá com uma onda de expurgos) mostra que sua base tem outra percepção dos fatos. Entretanto, ainda demorará até que os revolucionários mais ardorosos comecem a compreender, como Victor Serge, que o sistema em gestação na Rússia não é o comunismo.

21 de março – Decreto do VTsIK estabelece a substituição das requisições de grãos pelo pagamento de um imposto em espécie progressivo, calculado sobre uma porcentagem da produção e libera os camponeses para comerciarem o excedente. É a primeira medida concreta da NEP. No dia 28, o SovNarkom edita um decreto complementar que permite a livre troca, compra e venda de produtos agrícolas.

30 de junho – Decreto abole as restrições à circulação monetária. Deixa de existir um limite para os valores que pessoas ou organizações podem ter, assim como fica garantido que os depósitos em bancos não serão passíveis de confisco.

22 de junho a 12 de julho – 3º Congresso da Internacional Comunista, no qual se decidiu por uma política de “frente única” com os partidos social-democratas, ou seja, uma atuação conjunta, sob certas condições e em torno de objetivos concretos.

17 de agosto – O SovNarkom sanciona a introdução da NEP.

A longa jornada rumo à restauração do capitalismo

1922

1º de janeiro – Introdução do novo rublo (equivalente a 10 mil rublos antigos). Além de ser uma primeira tentativa de controlar a inflação, a medida dá início a uma série de reformas para ajustar a economia à NEP e restaurar a circulação monetária.

6 de fevereiro – Decreto do VTsIK abole a Tcheka e cria em seu lugar a Direção Política Estatal (GPU na sigla russa), subordinada, em teoria, ao Comissariado do Povo para Assuntos Internos (NKVD). Em 15 de novembro de 1923, com a criação da URSS,

seu nome mudará para Direção Política Estatal Unificada (OGPU). A OGPU vai durar até 1934.

Março – Preobrajensky apresenta ao Comitê Central teses preparatórias ao 11º Congresso do partido. Nelas, diz que a NEP está revertendo a tendência à equalização no campo e propõe estimular os *sovkhozes* e a agricultura coletiva de forma planejada como forma de transformar a economia camponesa numa economia socialista.

12 de março – Geórgia, Armênia e Azerbaidjão são reunidas na República Socialista Federativa Soviética da Transcaucásia, contra a vontade dos dirigentes comunistas georgianos, que preferem manter seu Estado independente. Nos meses seguintes, eles tentam reverter a decisão, sem sucesso.

27 de março a 4 de abril – O 11º Congresso do Partido Bolchevique cria o cargo de secretário-geral do comitê central, com poderes ampliados em relação ao secretariado do CC que ele substitui. Stalin é eleito para o posto. O Congresso também aprova a adoção de uma nova política financeira. Por outro lado, são rejeitadas as teses de Preobrajensky e sua proposta de abrir um debate geral sobre política econômica e a necessidade de acelerar a industrialização para desenvolver o país. No mês seguinte, a economia passa a um sistema baseado no padrão ouro.

25 de maio – Lenin sofre um derrame durante a convalescença de uma cirurgia para retirada de uma bala que estava alojada em seu pescoço desde o atentado de agosto de 1918. Ele perde temporariamente a capacidade de falar e fica com o lado direito do corpo paralisado. Sua convalescença se estende por todo o verão, em sua casa em Gorki.

25 de julho – O SovNarkom autoriza o Gosbank (Banco Central) a emitir moeda de nova denominação, o chervonets, com 25% de lastro em ouro. Cada chervonets é equivalente a dez rublos-ouro (é conversível para 7,7 gramas de ouro). A emissão começa no fim de novembro. Durante mais de 15 meses, o estável chervonets circulará, de forma restrita, lado a lado com o rublo, em desvalorização constante.

10 de agosto a 30 de setembro – O Birô Político encarrega uma comissão de preparar um plano para regular a relação da RSFSR com as demais repúblicas soviéticas. A comissão aprova o projeto de Stalin, que prevê a inclusão das repúblicas soviéticas na Federação Russa como “repúblicas autônomas”, governadas por ela. O projeto é enviado para aprovação dos CCS locais: Armênia e Azerbaidjão aprovam, Bielorrússia diz que preferia manter o sistema atual, baseado em relações bilaterais, a Ucrânia não toma posição definida e a Geórgia se coloca contra a ideia. Em 25 de setembro, a comissão aprova o projeto de Stalin. Lenin, ainda convalescente, recebe o projeto e apresenta uma solução diferente: uma federação de repúblicas com direitos iguais. No lugar da “adesão das repúblicas à RSFSR” ele propõe que elas e a RSFSR se juntem formalmente em uma União das Repúblicas Soviéticas da Europa e da Ásia, que seria governada por um corpo próprio, um Comitê Executivo Federal da União e um SovNarkom federal.

3 de outubro – Lenin retorna a Moscou e ao trabalho no Kremlin.

6 de outubro – O Comitê Central do partido adota o projeto de Lenin para a união das repúblicas, com a alteração do nome para União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Os comunistas georgianos aceitam o projeto, mas insistem em que a Geórgia deve participar como um Estado independente, não como parte da Federação da Transcaucásia.

25 de outubro – As forças japonesas deixam Vladivostok, que é ocupada pela República do Extremo Oriente. Em 15 de novembro, a república é fundida à RSFSR.

Outubro a dezembro – Pressionados, os membros do CC da Geórgia se demitem coletivamente, mas não abandonam sua reivindicação e acusam os representantes do PC russo na Geórgia de perseguição e comportamento antidemocrático. O Birô Político encarrega uma comissão de investigar as queixas, presidida por Dzerjinsky. A comissão vai isentar os representantes russos. Afastados de suas funções e reprimidos, os líderes georgianos conseguem entrar em contato com Lenin e lhe apresentam um informe minucioso sobre o problema. Lenin promete apoiá-los.

5 de novembro a 5 de dezembro – 4º Congresso da Internacional Comunista, no qual a política de “frente única” é reafirmada.

14 de dezembro – Lenin sofre novo derrame, que o deixa semiparalisado. Assim que se recupera o suficiente para viajar, volta para Gorki. Kamenev assume interinamente a presidência do Birô Político do partido e do SovNarkom, em seu lugar.

18 a 31 de dezembro – O Politburo encarrega Stalin de supervisionar o tratamento médico de Lenin. Também restringe visitas, proíbe amigos e funcionários de falar de assuntos políticos para não lhe causar ansiedade e só aceita que continue ditando artigos e notas quando ele ameaça parar de colaborar com os médicos. É nesse período que Lenin dita a maioria da série de notas que ficam conhecidas como seu testamento. Nelas, propõe mudanças no sistema político e na estrutura do partido, com aumento do número de membros do CC, discute o risco de divisões internas e o perfil de alguns dirigentes bolcheviques. A última é um memorando sobre a questão nacional e o problema da Geórgia.

23 a 27 de dezembro – O 10º Congresso Pan-Russo dos Sovietes aprova a união das repúblicas russa, ucraniana, bielorrussa e transcaucasiana e se dissolve.

29 de dezembro – Conferência das Repúblicas Soviéticas da Rússia, Transcaucásia, Ucrânia e Bielorrússia aprova o tratado de criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

30 de dezembro – O 1º Congresso dos Sovietes da URSS se instala. Mesmo ausente e gravemente doente, Lenin é eleito presidente da União Soviética.

Janeiro e fevereiro – Lenin dita seus últimos cinco artigos: “Páginas do Diário”, “Sobre a Cooperação”, “Sobre a Nossa Revolução”, “Como Devemos Reorganizar a Inspeção Operária e Camponesa” e “É Melhor Menos, Mas Melhor”. No dia 4, ele faz um adendo ao “Testamento”, propondo tirar Stalin da secretaria-geral: “Stalin é brusco demais, e este defeito, plenamente tolerável em nosso meio e entre nós, os comunistas, se coloca intolerável no cargo de secretário-geral. Por isso proponho aos camaradas que pensem a forma de passar Stálin a outro posto e nomear para este cargo outro homem que (...) seja mais tolerante, mais leal, mais correto e mais atento com os camaradas, menos caprichoso, etc.”

24 de janeiro a 6 de março – Lenin pede o relatório da comissão que investigou a questão do PC da Geórgia e condenou seus dirigentes comunistas. Com ajuda das secretárias, ele estuda o material e discorda de suas conclusões, aprovadas pelo Politburo. Escreve aos dirigentes georgianos, dizendo-lhes que está do seu lado, e a Trotsky, a quem pede que se encarregue da defesa de sua posição perante o CC.

9 de março – Um novo derrame acomete Lenin, que volta a ter paralisia parcial e a perder a fala. É o fim de sua atividade política. Em maio, deixa o Kremlin para voltar a Gorki e parece ter uma ligeira melhora, que se estende até outubro. Mas não voltará mais ao trabalho ou ao Kremlin. Stalin fortalece sua posição como secretário-geral e se alia a Kamenev e Zinoviev num triunvirato governante, a *troika*, como é apelidado.

17 a 25 de abril – O 12º Congresso do Partido Bolchevique mal se detém sobre questão da Geórgia, que dá por resolvida contra os georgianos. Trotsky não assume a defesa deles, apesar da troca de cartas com Lenin. O grande debate do 12º Congresso é econômico e delinea as divergências que marcam os anos seguintes no partido. As condições da NEP favorecem a agricultura, que se recupera muito mais rapidamente do que a indústria – principalmente a pesada – e produz desigualdade crescente entre o campo e as cidades. Safras mais abundante reduzem os preços dos produtos agrícolas, enquanto a lenta recuperação industrial implica o encarecimento de seus produtos. Na prática, o camponês passa a ter uma condição de vida melhor, mas seu acesso a produtos industriais é limitado, porque eles são cada vez mais caros. Já nas cidades, o operário enfrenta reduções salariais e desemprego, em nome da produtividade, que restringem seu acesso aos produtos agrícolas e até aos industriais que produz. O congresso se divide quanto ao que fazer sobre a “crise das tesouras” (como é apelidada por causa de um gráfico usado por Trotsky ao apresentar o problema). A maioria segue a *troika* dirigente e resolve manter a linha da NEP, contra a proposta de Preobrajensky, Trotsky e outros militantes, de iniciar um planejamento da economia voltado para o desenvolvimento da indústria.

10 de maio – Decreto do SovNarkom, a partir de decisão do 12º Congresso, substitui o imposto em espécie e outras taxas na área rural por um imposto universal direto. A partir de 1924, com o restabelecimento da circulação monetária, esse imposto será recolhido em dinheiro.

15 de outubro a dezembro – Um grupo de 46 bolcheviques encaminha uma carta ao Comitê Central com críticas ao partido, que responsabiliza pela crise econômica e pela falta de democracia interna, cobrando o retorno à liberdade de expressão e à prática de eleição dos responsáveis. Dez dias depois, reunião do CC acusa o grupo de fracionalismo e classifica a carta como uma ameaça à unidade. Apesar disso, autoriza a discussão do tema internamente. O debate, muito acirrado, se dá pelo *Pravda* e em assembleias de militantes e se estende até o fim do ano. Em dezembro, Trotsky publica um artigo, “Novo Curso”, em que propõe mudanças no partido para reverter a burocratização. Ele e o grupo dos 46, que inclui vários militantes de peso, como Preobrajensky, Georgy Pyatakov (1890-1937) e Leonid Serebryakov (1890-1937), formam a Oposição de Esquerda.

1924

21 de janeiro – Morte de Lenin. Três dias depois, Petrogrado é rebatizada como Leningrado em sua homenagem. Começa o culto a Lenin e ao “leninismo”.

31 de janeiro – É aprovada a Constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

3 de fevereiro – Alexei Rykov (1881-1938) assume a presidência do SovNarkom, em substituição a Lenin.

Fevereiro e março – Reforma monetária. É introduzido o novo rublo-ouro, na tentativa de conter a inflação. O novo rublo-ouro equivale a 50 mil rublos antigos.

22 de maio – O testamento de Lenin é lido em uma sessão do Comitê Central ampliada para incluir militantes mais antigos. A proposta de substituir Stalin na secretaria-geral é ignorada, a partir de proposta de Zinoviev. O texto deveria ser lido no congresso do partido, mas o CC decide mantê-lo em segredo – sua publicação só ocorrerá em 1956, depois do 20º Congresso do PC, com a política de desestalinização.

23 a 31 de maio – Stalin se reelege secretário-geral no 13º Congresso do Partido Bolchevique e garante ampla maioria. Zinoviev volta a chamar Trotsky de fracionalista e acusa a oposição de buscar destruir o aparelho do partido e de abandonar o “leninismo” em suas teses. No fim, o congresso aprova uma condenação formal ao grupo.

17 de junho a 2 de julho – 5º Congresso da Internacional Comunista. Profundamente marcado pelo fracasso da revolução alemã e pela ascensão de Stalin na URSS, adotou novos estatutos, iniciando a chamada bolchevização da Internacional e dos partidos membros.

Agosto – Num quadro de alta de preços e desemprego, Preobrajensky volta à questão do desenvolvimento. Ele argumenta que é preciso tirar de algum lugar o capital excedente

para financiar a industrialização e expandir o setor socialista da economia. Esse lugar seria o setor privado – e o grosso do setor privado é o campesinato – e os recursos seriam obtidos com impostos e exploração, ou seja, impondo uma troca desigual, em termos de valores, entre produtos agrícolas e produtos industriais. Bukharin, representando a maioria do partido favorável à NEP, contra-ataca, acusando-o de ameaçar a aliança entre proletários e camponeses e tentar transformar o proletariado numa classe exploradora. A teoria que Bukharin desenvolve desde 1923 é de que não há perspectiva de revolução na Europa e, portanto, é preciso pensar em como desenvolver o socialismo na Rússia. Para ele, os excedentes agrícolas de que o país precisa vêm dos camponeses, por isso se deve estimulá-los, e sua prosperidade permitirá desenvolver a economia. A evolução para o socialismo, diz, será lenta e gradual, integrando o campesinato por meio de amplas concessões.

Setembro – Trotsky publica *Lições de Outubro*, livro em que analisa a Revolução de 1917, mas em cujo prefácio responde às acusações de seus adversários – que a esta altura já fazem questão de lembrar que ele foi menchevique e só entrou para o partido às vésperas de Outubro. Entre outras coisas, lembra que os “leninistas” Kamenev e Zinoviev foram contra a tomada do poder. A reação é feroz: em vários artigos no *Pravda*, os dois levantam críticas e acusam Trotsky de todo tipo de erro durante a guerra civil; Zinoviev chega a exigir sua expulsão do partido, mas Stalin rejeita a ideia.

17 de dezembro – Stalin apresenta a teoria do socialismo em um só país, no artigo “A Revolução de Outubro e a Tática dos Comunistas Russos”. A teoria, baseada nas posições de Bukharin, se tornará a política oficial da URSS. Kamenev e Zinoviev se opõem à ideia, e Stalin começa a se afastar deles e a se aproximar de Bukharin e seus seguidores, grupo que fica conhecido como Oposição de Direita.

1925

Janeiro – Descontentes com a falta de acesso a produtos industrializados e a política de preços do governo, os camponeses reduzem a venda de grãos ao governo, que no fim do período de aquisição se vê diante da ameaça de desabastecimento. Esse quadro se acentua nos anos seguintes e está na origem de boa parte das discussões econômicas do partido.

15 de janeiro – Depois da campanha contra sua atuação na guerra civil, Trotsky se vê forçado a se demitir do Comissariado do Povo para a Guerra.

17 de abril – Nos preparativos para a conferência do partido, Bukharin avança seus argumentos a favor de amplas concessões no campo e conclui: “Devemos dizer aos camponeses: enriquecei, ampliai e desenvolvi vossas granjas e não temais que se exerçam limitações a vossas atividades.” O discurso provoca escândalo e Bukharin é obrigado a se retratar.

27 a 29 de abril – A 14ª Conferência do Partido Bolchevique condena o excesso das declarações de Bukharin, mas aprova uma série de concessões para os camponeses, autorizando o aluguel de terras, a contratação de assalariados e destinando créditos para a compra de equipamentos. Zinoviev e Kamenev se veem em minoria, ao opor-se a uma resolução de Stalin em defesa da construção do socialismo em um só país. É o colapso da *troika*. Boa parte do ano é gasta com cada lado buscando apoios. Stalin acerta uma aliança com Bukharin e Rykov, enquanto Kamenev e Zinoviev estreitam laços com Krupskaya e Grigori Sokolnikov (1888-1939), comissário do Povo para as Finanças.

Outubro – Zinoviev e Kamenev formam a Nova Oposição, com Krupskaya, Sokolnikov e outros militantes.

18 a 31 de dezembro – A tensão entre os ex-membros da *troika* cresce no 14º Congresso do Partido Bolchevique. Kamenev e Zinoviev propõem várias mudanças na NEP para estimular a industrialização em larga escala e são seguidamente derrotados. Kamenev chega a propor que Stalin seja retirado da secretaria-geral. Na escolha do Politburo, ele acaba rebaixado a membro sem direito a voto, enquanto Zinoviev consegue se reeleger. O congresso aprova o novo estatuto do partido e muda seu nome para Partido Comunista de Toda a União (bolchevique).

1926

Janeiro – O Comitê Central intervém em Leningrado, sob a alegação de que as eleições para o comitê local foram falsificadas. A maioria dos dirigentes é substituída e Zinoviev perde o cargo de secretário local do partido. Serguei Kirov (1886-1934), aliado de Stalin, assume em seu lugar.

Abril – Zinoviev, Kamenev e seus aliados se aproximam da Oposição de Esquerda e decidem unir os dois grupos, formando a Oposição Unificada.

Junho – Em reunião do Comitê Central, a Oposição Unificada apresenta uma declaração conjunta, com críticas à condução da economia: preconiza o aumento dos salários na indústria, uma reforma fiscal que isente os camponeses pobres, reduza os impostos dos camponeses médios e aumente o dos *kulaks*. Também condena a linha do partido no âmbito internacional, que considera oportunista e de total abandono das perspectivas revolucionárias. A polêmica é violenta e todas as propostas são rejeitadas em bloco. Os opositoristas são acusados de violar a disciplina partidária e de divisionismo. Zinoviev é destituído do Birô Político.

26 de outubro a 3 de novembro – A 15ª Conferência do Partido Bolchevique volta ao problema da Oposição Unificada. Sua resolução final a condena como um “desvio social-democrata” que pode “destruir a unidade partidária e debilitar a ditadura do proletariado”. Trotsky e Kamenev são destituídos do Birô Político. Zinoviev perde o

último cargo importante que detinha: é substituído por Bukharin na direção da Comintern.

1927

8 de junho – O SovNarkom determina a preparação de um plano econômico unificado. Também reforça o papel do Comitê Estatal de Planejamento (Gosplan).

Junho a outubro – A Oposição Unificada busca avançar sua discussão, organizando assembleias de trabalhadores e encontros de militantes. O comando do partido proíbe essas atividades, o que resulta em numerosos embates. No fim de junho, o Comitê Central analisa uma primeira proposta de expulsão, mas não há maioria para aprová-la. Em agosto, Krupskaya muda de posição e pede aos membros da oposição que se submetam ao Comitê Central. Uma “declaração pacífica” evita a expulsão, substituída por uma advertência severa. Em setembro, o CC proíbe a divulgação de sua plataforma. Os opositoristas imprimem vários exemplares do programa clandestinamente, mas eles são apreendidos pela GPU. Preobrajensky, que assume a responsabilidade pela impressão, e mais 14 militantes são expulsos do partido. No mesmo mês, a Comintern destitui Trotsky de seu comitê executivo.

7 de novembro – Os opositoristas organizam manifestações independentes durante o desfile de aniversário da Revolução de Outubro, com faixas e cartazes próprios – “Abaixo o oportunismo”, “Pela unidade bolchevique”, “Abaixo o *kulak*, o nepista e o burocrata” – e são reprimidos, em alguns casos com violência.

15 de novembro – O Comitê Central expulsa Trotsky e Zinoviev do partido, por quebra de disciplina. Kamenev, Christian Rakovsky (1873-1941) e Ivar Smilga (1892-1938) são destituídos do CC.

2 a 19 de dezembro – No 15º Congresso do Partido Comunista, a direção exige dos opositoristas não só que renunciem às suas teses, mas que as condenem de forma explícita. A oposição racha: Kamenev, Zinoviev e a maioria dos que integravam a Nova Oposição aceitam as condições e se retratam. Trotsky, Preobrajensky, Smilga, Rakovsky, Pyatakov, Karl Radek (1885-1939) e seus aliados se recusam a fazê-lo. No fim, são todos expulsos em bloco, mas o que se submeteram à direção do partido ganham a oportunidade de ter seus pedidos de readmissão avaliados em seis meses (serão reintegrados ao longo de 1928), enquanto os “rebeldes” são condenados ao exílio interno. Na discussão sobre economia, o congresso se declara a favor do plano de metas unificado em preparo pelo Gosplan.

1928

Janeiro – Mais de 400 opositores são exilados para locais remotos da União Soviética. Entre outros, Trotsky é enviado para Alma-Atá (hoje Almaty, ex-capital do Cazaquistão), Preobrajensky para Uralsk (noroeste do Cazaquistão), Rakovsky para Astrakhan, Radek para Tobolsk e Smilga para Khabarovsk, perto da fronteira com a China. O partido inicia os processos de expulsão de militantes de base da oposição.

Janeiro e fevereiro – A aquisição de grãos no período do inverno fica muito abaixo da prevista pelo governo para suprir as cidades. Bukharin e outros moderados propõem elevar os preços que o governo se dispõe a pagar, de forma a convencer os camponeses a venderem seus estoques e a evitar a crise de desabastecimento. Stalin decide adotar medidas mais diretas: em fevereiro, ele reúne uma força-tarefa de emergência e vai para a região dos Urais e da Sibéria Ocidental, onde recolhe à força os estoques disponíveis.

Abril – Em reunião do Comitê Central, Bukharin e seus aliados protestam contra o confisco, enfatizando a necessidade de manter a aliança com os camponeses médios e sugerindo que medidas fiscais e um aumento do valor pago pelos grãos poderiam ser mais eficientes. Stalin contesta que se trata de uma nova etapa da NEP, mais ofensiva, e classifica as reclamações de um “desvio *kulak*”, de direita. No fim, o CC aprova uma resolução de compromisso, que revoga as medidas de emergência, proíbe as requisições forçadas e autoriza um aumento de 20% no preço pago pelos grãos.

18 de julho a 1º de setembro – O 6º Congresso da Internacional Comunista se realiza no contexto do início de uma grave crise econômica mundial. Ele aprova o abandono da tática de “frente única” e adota a política ultraesquerdista de “classe contra classe”, inaugurando o chamado Terceiro Período, de oposição radical à social-democracia.

19 de outubro – O Comitê Central aprova o primeiro plano quinquenal da URSS, que começa a ser implementado ainda em outubro, com a adoção de metas e prioridades para toda a economia. Na prática, é o abandono da NEP. O plano prevê a coletivização da agricultura a um ritmo lento e o desenvolvimento acelerado da indústria. Ante objeções de Bukharin, Stalin faz seu primeiro ataque ao “desvio de direita” no partido, sem citar nomes.

Novembro a dezembro – O Comitê Central aprova uma campanha contra o “desvio de direita”. Os representantes da oposição de direita em Moscou são destituídos de seus cargos. A campanha se estende aos sindicatos, onde há descontentamento com as medidas draconianas da nova política industrial. Em dezembro, apesar da resistência de vários dirigentes, o Congresso Pan-Russo dos Sindicatos aprova uma resolução (apresentada pelo partido) que condena os direitistas, reivindica uma industrialização acelerada e rejeita a concepção “puramente operária” dos sindicatos, argumentando que sua missão é “mobilizar as massas” para “superar as dificuldades do período de reconstrução”. Stalin critica a ineficiência na agricultura e fala da necessidade de impor medidas para limitar a ação dos *kulaks* e encorajar fazendas coletivas e estatais. No fim do ano, os confiscos forçados de grãos voltam a ocorrer em várias regiões.

1929

Janeiro – O Birô Político vota pela expulsão de Trotsky do país. No dia 20, ele é comunicado da decisão em Alma-Atá; e no fim do mês, é deportado para a Turquia. No dia 23, o *Pravda* anuncia a prisão de 150 militantes por “atividade trotskista”.

Fevereiro – Stalin pede à Comissão de Controle que investigue as conversas que Bukharin teve com Kamenev. Bukharin admite as conversas, mas nega que se trate de atividade fracional. Por outro lado, condena a nova política econômica como uma “exploração militar-feudal do campesinato” e exige a redução do ritmo previsto para a industrialização e a manutenção de um mercado livre.

Abril – Em sessão conjunta do Comitê Central e da Comissão de Controle, Stalin faz o primeiro ataque aberto a Bukharin e seus aliados, que se veem em minoria. Para evitar uma condenação pública, votam a favor do plano quinquenal, apesar de criticá-lo.

23 a 29 de abril – A 16ª Conferência do Partido Comunista aprova a versão revisada do primeiro plano quinquenal, já em andamento. A seção sobre agricultura prevê um avanço na coletivização da agricultura que leve essa área a ser responsável por 15% do total da produção agrícola até o fim do plano. A agricultura coletiva é dividida em *kolkhozes* (cooperativas de camponeses) e *sovkhozes* (propriedades estatais cultivadas por assalariados), com a criação de estações de máquinas (MTS) para apoiá-los. Quanto à industrialização, o plano mantém a ênfase no crescimento acelerado da indústria pesada e da eletrificação.

Julho – Com o anúncio do plano quinquenal, Preobrajensky, Radek e Smilga pedem para ser readmitidos no partido; Pyatakov já o fizera meses antes. Para eles, a “virada à esquerda” de Stalin – coletivização no campo, prioridade para o desenvolvimento da indústria etc. – atende às principais reivindicações da Oposição de Esquerda. Por outro lado, a campanha contra o “desvio de direita” se amplia, com a destituição de vários dirigentes e a perseguição de militantes. Bukharin é afastado do comando da Internacional Comunista.

Agosto – O Comitê Central instrui os organismos partidários nas regiões de produção de grãos a acelerarem a coletivização das terras, ainda nesse ano.

7 de Novembro – Na comemoração do aniversário da Revolução de Outubro, Stalin publica o artigo “O Ano da Grande Virada”, em que delinea a mudança de política econômica do partido e considera a coletivização das terras como um sucesso e um movimento de massas.

10 a 17 de novembro – O Comitê Central “conclui” que existe um movimento espontâneo de camponeses pobres e médios na direção de formas coletivas de agricultura e decide lançar uma campanha para acelerar o ritmo da coletivização das

terras. É formada uma comissão para discutir como levar isso a cabo, quais serão os prazos e as estruturas disponíveis e o que será feito com os *kulaks*. Além disso, o CC resolve enviar 25 mil operários urbanos para o campo, para “apoiar” a coletivização – esses militantes serão usados como gerentes e administradores das fazendas coletivas. Na mesma reunião, Bukharin é expulso do Birô Político. A Oposição de Direita não resiste à pressão e no dia 26, Bukharin e a maioria de seus aliados “capitulam”: admitem que a direção do partido está certa e eles, errados, e se comprometem a lutar contra os desvios de direita.

27 de dezembro – Em discurso sobre os problemas da política agrária, no encerramento de uma conferência dos técnicos agrários, Stalin exige a aceleração da coletivização das terras e diz que a política agora não é mais de limitação das tendências exploradoras dos *kulaks*, mas da “liquidação dos *kulaks* como classe”.

1930

5 de janeiro – O decreto que formaliza a campanha de coletivização é editado. Stalin cobra rapidez e o processo de integração dos camponeses às fazendas coletivas se dá pela força. Sem regras claras, os destacamentos do partido “coletivizam” tudo, até roupas, sapatos, galinhas, coelhos e baldes. Milhões de camponeses são realocados para fazendas coletivas que, em geral, não têm acomodações suficientes nem maquinário para permitir um aumento da produção condizente com o número de novos integrantes. Em muitas aldeias, os camponeses resistem e são enquadrados com violência. Em outras, os camponeses, *kulaks* ou não, queimam móveis e matam os animais de criação antes da chegada do destacamento. A perda em gado, cavalos de tração e criações em geral é enorme.

Fevereiro – No dia 4, o Comitê Central define o que fazer com os *kulaks*, que são proibidos de participar das fazendas coletivas. O CC os divide em três categorias: os “ativamente hostis” são enviados para os campos de trabalhos forçados e suas famílias, deportadas; os “economicamente mais fortes” são deportados para regiões distantes de suas residências. Ambos têm suas propriedades confiscadas. A terceira categoria é a dos *kulaks* considerados “menos nocivos”: eles recebem terras de má qualidade e podem manter equipamento essencial, mas têm de pagar impostos pesados em espécie. Em 20 de fevereiro, o partido anuncia que quase 60% dos camponeses já se juntaram a algum tipo de fazenda coletiva.

Março a junho – Os excessos e a violência são de tal monta que Stalin determina uma pausa no processo de coletivização. Em artigo no *Pravda*, ele comemora os resultados, ressaltando que a meta para todo o período do primeiro plano quinquenal foi superada em mais de 100%. Mas culpa pelos excessos os “camaradas eufóricos” com a campanha, os “socializadores exagerados” que “perdem o senso da realidade” e querem

realizar mais do que o necessário, às vezes pelo uso da força. Stalin insiste em que o sucesso inesperado só foi possível por causa do “caráter voluntário” do movimento pela coletivização, diz que a integração dos camponeses não deve ser forçada e nega que pequenas criações e jardins, casas e implementos devam ser socializados. No dia 15, um decreto autoriza os camponeses a abandonarem os *kolkhozes*.: em junho, o percentual de camponeses em fazendas coletivas cai para 23%.

25 de abril – É criada a Administração Geral dos Campos e Colônias de Trabalho Corretivo, subordinada à OGPU. A palavra Gulag, a sigla do novo organismo em russo, acabará por ser usada como sinônimo dos próprios campos de trabalhos forçados, que incham com o influxo dos prisioneiros condenados por divergências com a linha do partido e os acusados de serem *kulaks*. A partir desse momento, o caráter dos campos de trabalho muda. A enorme quantidade de presos (que chegará a 2 milhões em 1953) significa que o governo dispõe de uma mão de obra numerosa e de baixo custo, o que ao longo das próximas décadas acaba transformando os gulags em parte importante do sistema econômico soviético, principalmente na área de mineração, extrativismo e grandes obras de infraestrutura. A interferência da OGPU na área econômica não se limitará a administrar os gulags, mas se estenderá ao controle dos operários, o que lhe dá mais poder. Para lidar com as novas funções, a OGPU faz uma campanha massiva de recrutamento.

26 de junho a 13 de julho – 16º Congresso do Partido Comunista.

Setembro a dezembro – Uma série de decretos, circulares e leis restringe as liberdades dos operários das indústrias. Faltas não justificadas são passíveis de punições graves e até demissões sem direito a seguro-desemprego, expulsão das moradias e perda da cartilha de racionamento. A rescisão de contrato por parte do trabalhador é tratada como infração de disciplina, o que na prática o impede de mudar de emprego. Por outro lado, é proibido empregar operários considerados “perturbadores” da ordem.

1931

Janeiro a julho – A campanha de coletivização é retomada, com menos alarde e de forma mais gradual, substituindo a violência direta pela pressão econômica. Os integrantes dos *kolkhozes* têm isenção de impostos, facilidade para obtenção de créditos e outros benefícios, enquanto o agricultor independente recebe as piores terras, paga uma pesada carga de impostos e tem que cumprir metas de produção excessivas. Em julho, 52,7% das famílias camponesas estão integradas às fazendas coletivas, e em 1932 a proporção passa para 61,5%; 25 milhões de pequenas propriedades dão lugar a 240 mil *kolkhozes* e 4 mil *sovkhoses*. Em 1936, segundo as estatísticas oficiais, 89,6% dos camponeses estarão integrados a fazendas coletivas, que responderão por 94,1% da área cultivada.

23 de junho – Numa conferência de representantes das organizações da área econômica, Stalin insiste na necessidade de acabar com a alta rotatividade de trabalhadores na indústria e propõe várias medidas para isso. Entre elas, critica a “prática esquerdista” de equalizar salários, pagando praticamente o mesmo a operários qualificados e não qualificados. O resultado é que o governo prepara uma nova tabela de salários, mais diferenciada, e prevê bônus e prêmios para os trabalhadores que superem as cotas previstas. Ao mesmo tempo, estabelece uma política de salários mais altos e privilégios para os quadros industriais e do partido.

1932

30 de janeiro – A 17ª Conferência do Partido Bolchevique define as bases para a preparação do segundo plano quinquenal.

Abril a setembro de 1933 – As idas e vindas da coletivização e a inexperiência dos operários transformados em administradores de fazendas coletivas desorganizam a produção no campo. A colheita não aumenta, pelo contrário, e camponeses se apropriam de estoques para se alimentar. A fome se instala no campo, agravada pelas metas de requisição do governo, destinadas a garantir o abastecimento mínimo das cidades e as exportações que ajudam a financiar a industrialização. O governo impõe a pena de morte para o roubo de alimentos e máquinas nos *kolkhozes*. Nas cidades se estabelece o racionamento. A situação só começará a se estabilizar com a colheita de 1933.

Outubro – Kamenev e Zinoviev são novamente expulsos do partido, acusados de não denunciar opositores que os tinham contatado.

Dezembro – Stalin anuncia que o primeiro plano quinquenal foi um sucesso tão grande que seus objetivos foram alcançados um ano antes do previsto. No mesmo mês, o SovNarkom institui a carteira de trabalho obrigatória, em que a empresa deve anotar todas as faltas cometidas e punições impostas. A carteira só dá direito a residência na localidade em que é expedida e pode ser negada pela comissão encarregada. Com isso, a possibilidade de deslocamento do operário para outras cidades por sua conta fica severamente restringida. No mesmo mês, Smilga e outros antigos membros da Oposição Unificada são detidos e condenados a novas penas de prisão, sem nenhum julgamento público.

1933

Janeiro – Começa o segundo plano quinquenal. Além de manter as metas de crescimento acelerado na indústria pesada, o plano prevê a mecanização da agricultura,

com a distribuição de tratores, melhorias nas áreas de infraestrutura e comunicações e aumento da produção de bens de consumo, da construção de casas e de salários. No entanto, ao longo do ano os resultados ficam abaixo do previsto, principalmente pela falta de matérias primas. Ao mesmo tempo, a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, no começo do ano, leva o governo a alterar o plano para dar prioridade à produção de armamentos e indústrias correlatas.

Julho e agosto – Trotsky se muda para a França. Em agosto, uma conferência da oposição de esquerda internacional, em Paris, decide transformar-se em movimento tendente à criação da 4ª Internacional.

Dezembro – Zinoviev e Kamenev são libertados e readmitidos no partido, depois de novas declarações de “arrependimento por seus erros”.

1934

26 de janeiro a 10 de fevereiro – O 17º Congresso do Partido Comunista aprova um plano quinquenal revisado, dirigido principalmente para o estímulo à indústria pesada e de produção de armamentos, com vistas a reequipar o exército – o orçamento para a área de Defesa quase triplica, embora ainda seja baixo, de 9,1%. Apesar da expectativa de guerra num futuro próximo, o clima é de distensão: a crise de abastecimento está superada, a coletivização avança rapidamente e o desmantelamento das oposições parece estar concluído. Além, de Kamenev e Zinoviev, outros ex-oposicionistas de peso aparecem no congresso, dando apoio a Stalin, como Bukharin, Preobrajensky e Radek. Neste congresso, Kirov tem votação superior à de Stalin para compor o Comitê Central; não obstante, declina de seu direito a ocupar a Secretaria-Geral em favor de Stalin.

23 de fevereiro – Pouco depois de encerrado o congresso, Rakovsky se submete, admitindo seus “erros”. Depois da autocrítica, ele é levado para Moscou e reintegrado ao partido.

10 de julho – O NKVD é reestruturado e rebatizado como Comissariado do Povo para Assuntos Internos da União Soviética, mantendo a mesma sigla. Stalin nomeia Genrikh Yagoda (1891-1938) para chefiar o comissariado. A OGPU é integrada ao NKVD e ganha novo nome – Direção Principal de Segurança de Estado (GUGB) – e funções.

Julho a dezembro – A política agrícola também passa por uma distensão. Os *kulaks* são beneficiados com uma anistia parcial e é adotado um novo estatuto para os *kolkhozes*, que aumenta o tamanho das áreas de cultivo privadas de seus integrantes e libera a venda de sua produção. Em novembro, acaba o racionamento de pão.

1º a 30 de dezembro – Kirov é assassinado por Leonid Nikolaiev (1904-1934), membro das Juventudes Comunistas, no Instituto Smolny, em Leningrado. O atentado é usado como pretexto por Stalin para dar início ao Grande Expurgo: a eliminação física, seja

nos Processos de Moscou de 1936, 1937 e 1938, seja em julgamentos a portas fechadas, de seus opositores e de praticamente todos os velhos bolcheviques que ainda mantêm algum tipo de liderança no partido ou no governo. Na mesma tarde, um decreto priva os acusados de terrorismo de qualquer direito. Entre os dias 4 e 6, são executados 66 militantes bolcheviques. Vários integrantes do NKVD de Leningrado são destituídos. Kamenev e Zinoviev são acusados de cumplicidade no assassinato, presos e expulsos do partido. Nos dias 28 e 29, Nikolaiev e mais 11 membros das Juventudes Comunistas são julgados a portas fechadas, condenados e executados.

1935

15 a 23 de janeiro – Num julgamento a portas fechadas, Kamenev, Zinoviev e mais 17 aliados são acusados de cumplicidade no assassinato de Kirov e pegam penas de 5 a 10 anos de prisão. Em outro processo, os chefes do NKVD de Leningrado são sentenciados à prisão. No mesmo mês, o NKVD condena 49 militantes a penas de 4 e 5 anos nos gulags e outros 29 à deportação.

Março a dezembro – A repressão desencadeada com a morte de Kirov também se traduz em uma série de leis mais duras na área penal. A partir de 30 de março, a posse de qualquer arma branca é punível com 5 anos de prisão. Em 8 de abril, a maioria penal passa a valer para crianças de 12 anos, incluindo aí deportações, trabalhos forçados e a pena de morte. Desde 9 de junho as viagens ao exterior são proibidas; pessoas que não denunciem um crime cometido por um parente passam a ser culpadas de cumplicidade, punível com 2 a 5 anos de prisão e confisco de bens. As expulsões de militantes e a “depuração” das Juventudes Comunistas se estendem por todo o ano. Os opositoristas que já estão presos sofrem novos processos, com extensão de suas sentenças.

25 de julho a 20 de agosto – 7º Congresso da Internacional Comunista. Após a ascensão de regimes fascistas na Alemanha e na Itália, e com o fracasso da política ultraesquerdista aprovada no congresso anterior, a Comintern adota a política de “frentes populares”.

1936

Março a junho – O SovNarkom determina a remoção de pessoas “não confiáveis” das áreas de fronteira com a Europa; quase 70 mil cidadãos de origem polonesa e alemã são levados da Ucrânia para o Cazaquistão. Em maio, o Birô Político aprova a transferência de todos os opositoristas presos para campos de trabalho remotos.

19 a 25 de agosto – Tem lugar o primeiro Processo de Moscou, contra o “Centro Terrorista Trotskista-Zinovievista”, também conhecido como o “Julgamento dos 16”. Zinoviev, Kamenev e outros 14 velhos bolcheviques são acusados de organizar um grupo terrorista para praticar atentados contra dirigentes do partido e outras autoridades soviéticas, o que inclui o assassinato de Kirov e a intenção de eliminar Stalin. Todos confessam ter participado pessoalmente da organização desses crimes e são condenados à morte. São fuzilados no dia 25.

Setembro e outubro – Yagoda é substituído por Nikolai Yezhov (1895-1940) no comando do NKVD. Começa nova campanha de depuração do partido, com expulsões em massa, e tornam-se comuns as condenações “por listas”, sem julgamento.

5 de dezembro – O 8º Congresso Extraordinário dos Soviéticos aprova a nova Constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

6 de dezembro – Depois de passar pela Turquia, pela França e pela Noruega, Trotsky vai para o México, que lhe oferece asilo político.

1937

23 a 30 de janeiro – Segundo Processo de Moscou, contra o “Centro Paralelo Antissoviético Trotskista”. Os 17 acusados, em sua maioria, são velhos bolcheviques e exercem cargos em áreas da economia do país. Pyatakov, Radek, Sokolnikov e Serebryakov são os mais conhecidos. Eles são acusados de organizar um centro terrorista “de reserva”, que entraria em ação no caso do desmantelamento do “centro trotskistas-zinovievista”, de serem agentes alemães e/ou ingleses e de promoverem todo tipo de sabotagem em suas áreas de atuação, aí incluídos acidentes ferroviários, explosões em minas, desvio de fundos e atrasos de salários. Todos confessam ser culpados de tudo e vários implicam outros bolcheviques. Radek acusa Bukharin, Rykov e o marechal Mikhail Tukhachevsky (1893-1937), um dos responsáveis pela modernização do Exército Vermelho. Radek, Sokolnikov e mais dois réus são condenados a 10 anos de trabalhos forçados (morrerão em 1939). Os outros 13 são executados no dia 30.

23 de fevereiro a 5 de março – Plenária do Comitê Central destitui e expulsa do partido Bukharin e Rykov, em decorrência das acusações do segundo Processo de Moscou. Ambos se declaram inocentes, mas são presos na própria reunião.

22 de maio – Tukhachevsky e mais sete comandantes do Exército Vermelho são presos, acusados de traição, conspiração e espionagem para a Alemanha.

11 e 12 de junho – Em um julgamento relâmpago, a portas fechadas, Tukhachevsky e os demais comandantes presos são condenados à morte e executados poucas horas depois. O processo é o estopim do expurgo no exército: em pouco mais de um ano,

segundo dados do próprio Comissariado para a Defesa, 37.761 oficiais são afastados e 10.868 presos, dos quais 7.211 são condenados por crimes antissoviéticos.

15 de julho – É inaugurado o canal Moskva-Volga, hidrovía de 128 quilômetros que liga Moscou a Dubna. Sua construção começara em 1932, usando como mão de obra prisioneiros dos gulags.

Julho – Nos campos de trabalhos forçados, começa uma onda de desaparecimentos e execuções sem julgamento de opositoristas presos, que vai se estender até o fim de 1938.

1938

Janeiro – Introdução do terceiro plano quinquenal, com metas de crescimento mais modestas.

2 a 13 de março – Terceiro Processo de Moscou, contra o “Bloco dos Trotskistas e Direitistas Antissoviético”. Entre os 21 réus do último julgamento público de velhos bolcheviques estão Rakovsky e alguns dos mais importantes colaboradores de Stalin dos últimos anos, como Bukharin, Rykov e Yagoda. Eles são acusados de fazer parte de uma conspiração para derrubar o poder soviético, que envolveria mencheviques, socialistas revolucionários e nacionalistas burgueses da Ucrânia, da Bielorrússia, da Geórgia, do Azerbaijão e da Ásia central. Também são acusados de ser espiões a serviço da Alemanha, da Inglaterra ou do Japão e de ter cometido atos de sabotagem e terrorismo (incluindo a participação no assassinato de Kirov). Como se não bastasse, Bukharin ainda é acusado de participar de um complô com os SRs de esquerda em 1918 para eliminar Lenin. Rakovsky é condenado a 20 anos de prisão, assim como outros dois réus. Os demais recebem a pena de morte e são executados no dia 15.

3 de setembro – Conferência de fundação da 4ª Internacional, em Paris. Convocada por Trotsky, a conferência tem delegados de dez países: URSS, França, Alemanha, Reino Unido, Polônia, Itália, Grécia, Holanda, Bélgica e Estados Unidos. O brasileiro Mário Pedrosa, do Partido Operário Leninista (POL), participa como representante da América Latina.

25 de novembro a 5 de dezembro – Pressionado por acusações de abusos e excessos na repressão, Yezhov deixa o comando do NKVD. Ele é substituído por Lavrenty Beria (1899-1953).

1939

10 a 21 de março de 1939 – No 18º Congresso do Partido Comunista, Stalin anuncia o fim do Grande Expurgo. O congresso aprova o terceiro plano quinquenal, que mantém a prioridade para a área da Defesa, cujo orçamento salta para 25,5% do gasto orçamentário total. O terceiro plano será interrompido em 1941, por causa da 2ª Guerra Mundial.

10 de abril – Yezhov é preso, em segredo, acusado de espionagem, de preparar um golpe de Estado e de organizar assassinatos de autoridades soviéticas. A detenção só se torna pública em 10 de junho. Em 2 de fevereiro de 1940 ele será julgado a portas fechadas, condenado e fuzilado.

23 de agosto – URSS e Alemanha assinam um pacto de não-agressão. Uma cláusula secreta prevê a divisão do leste da Europa entre os dois países.

1º de setembro – Tropas alemãs invadem a Polônia. É o início da 2ª Guerra Mundial. No dia 3, Reino Unido e a França declaram guerra à Alemanha, e no dia 5 os Estados Unidos declaram neutralidade.

17 de setembro – A União Soviética invade a Polônia.

27 e 28 de setembro – Varsóvia rende-se aos alemães. No dia seguinte, Alemanha e URSS assinam um pacto de partilha da Polônia.

30 de novembro – Tropas soviéticas invadem a Finlândia. Duas semanas depois, em reação ao ataque, a União Soviética é excluída da Liga das Nações.

1940

15 de fevereiro a 13 de março – O exército soviético captura boa parte da Finlândia, que se vê obrigada a aceitar um tratado de paz.

Março a maio – Massacre de Katyn: a mando do NKVD, oficiais poloneses prisioneiros de guerra, policiais e cidadãos comuns acusados de espionagem ou subversão são executados em massa, em várias ações seguidas. Mais de 21 mil pessoas são mortas. Katyn (Rússia) é o local da maior operação, em que são assassinados oficiais do exército polonês presos no campo de Kozelsk.

Junho a agosto – A União Soviética ocupa e anexa a Lituânia, a Letônia e a Estônia. A Romênia cede a Bessarábia e a Bukovina do Norte à URSS que as une na República Socialista Soviética da Moldávia.

21 de agosto – Trotsky é assassinado em Coyoacán (México), por Ramón Mercader, a mando de Stalin.

1941

Abril – Stalin assina um pacto de não-agressão com o Japão.

22 de junho – A Alemanha invade a União Soviética, dando início à Operação Barbarossa, dividida em três frentes. Nos dias seguintes, seus parceiros do Eixo e a Finlândia declaram guerra à URSS. A guerra leva Stalin a suspender o terceiro plano quinquenal.

Julho e setembro – No norte, os alemães ocupam rapidamente os países bálticos e em setembro começam o cerco de Leningrado (que se estenderá até janeiro de 1944). Na frente central, conquistam Smolensk e avançam em direção a Moscou. Ao sul, tropas alemãs e romenas conquistam Kiev. Em 12 de julho, Reino Unido e URSS assinam um pacto de assistência militar.

11 de setembro – Rakovsky e mais 156 prisioneiros políticos da prisão de Oriol são fuzilados duas semanas antes da tomada da cidade pelas tropas nazistas.

Outubro – A ofensiva contra Moscou começa no dia 2. Com idas e vindas, a batalha pela capital continuará até janeiro de 1942 e será a primeira grande derrota alemã na guerra.

1942

Janeiro a julho – O contra-ataque do Exército Vermelho libera Moscou, retoma territórios e obriga os alemães a recuar. As batalhas se concentram na Ucrânia, especialmente na Crimeia; Kiev, Kerch, Kharkov e Sebastopol são retomadas pelos soviéticos, mas em seguida reocupadas pelos alemães.

Agosto – Começa a batalha de Stalingrado, que vai durar até fevereiro de 1943, com um saldo de quase 2 milhões de mortos entre soldados e civis de ambos os lados. Nessa batalha, Stalin proíbe a evacuação de civis para garantir que suas tropas não desistam de defender a cidade; “nem um passo atrás” é seu lema. E quando a derrota alemã se torna óbvia, Hitler recusa o pedido de seus oficiais para autorizar a rendição, decretando que suas tropas devem lutar “até o último homem”.

1943

Fevereiro a novembro – A rendição dos alemães em Stalingrado vira o rumo da guerra. Em menos de duas semanas, os soviéticos recapturam Kursk, Rostov do Don e Kharkov. Em setembro retomam Smolensk e em novembro, Kiev. No fim do ano, dois terços do território ocupado pelos alemães já foram recuperados.

15 de maio – Dissolução da Internacional Comunista.

1944

Janeiro a dezembro – O Exército Vermelho avança em todas as frentes. Até agosto expulsa os alemães de todo o território soviético, ao mesmo tempo em que começa o avanço para o oeste. Até o fim do ano, suas tropas ocupam a Romênia, a Estônia e a Iugoslávia. A Bulgária se rende em setembro, o que força os alemães a se retirarem da Grécia, da Albânia e do sul da Iugoslávia.

1945

Janeiro a maio – As tropas soviéticas iniciam nova ofensiva em janeiro, libertando Varsóvia e Cracóvia. Em 13 de fevereiro invadem Budapeste, expulsando os alemães da Hungria no início de abril. No mesmo mês, tomam Bratislava, forçando a rendição da Eslováquia, e capturam Viena. Em 16 de abril, começa o cerco a Berlim, que cai em 2 de maio.

4 a 11 de fevereiro – A Conferência de Yalta, entre União Soviética, Estados Unidos e Reino Unido, decide a divisão da Alemanha, a criação da Organização das Nações Unidas (o que ocorre em 24 de outubro) e questões de fronteira. Na prática, a conferência discute a divisão do mundo em zonas de influência das potências capitalistas e da URSS, ou entre leste e oeste.

7 de maio – Rendição incondicional da Alemanha, em Reims (França).

5 de junho – As forças de ocupação assumem o controle da Alemanha. O país é dividido em quatro zonas, dominadas por Estados Unidos, Reino Unido, França e União Soviética. Também a capital, Berlim, encravada na zona soviética, é dividida em quatro áreas de ocupação.

17 de julho a 2 de agosto – A Conferência de Potsdam, entre União Soviética, Estados Unidos e Reino Unido, completa as decisões de Yalta. Nela Stalin consegue garantir a aceitação dos países do Leste Europeu como sua zona de influência. Polônia, Bulgária, Hungria, Tchecoslováquia, Romênia, Albânia e Iugoslávia já são ou se tornarão repúblicas soviéticas em seguida, assim como a Alemanha Oriental, ocupada pela URSS com o fim da guerra, em 1949.

8 de agosto – Dois dias depois de os Estados Unidos destruírem a cidade japonesa de Hiroshima com uma bomba atômica, a União Soviética declara guerra ao Japão e invade a Manchúria.

1946-1952

15 de março de 1946 – O Conselho de Comissários do Povo é transformado em Conselho de Ministros. A reforma também altera os comissariados, que passam a ser ministérios.

24 de junho de 1948 a 11 de maio de 1949 – A URSS bloqueia o acesso aos setores de Berlim controlados por Estados Unidos, Reino Unido e França depois que os três países introduzem o marco como nova moeda na Alemanha, parte do processo de estabilização econômica.

Maio a outubro de 1949 – A Alemanha é dividida em dois países. A República Federativa da Alemanha (a Alemanha Ocidental, ligada aos países capitalistas) é criada em 23 de maio e a República Democrática da Alemanha (a Alemanha Oriental, alinhada à URSS), em 7 de outubro. É a consolidação da Guerra Fria, o confronto entre União Soviética e Estados Unidos que marca a segunda metade do século 20, com a corrida armamentista e a disputa pelo espaço. As duas potências nunca se enfrentarão diretamente, mas se envolverão nas principais guerras e revoluções do período, apoiando um ou outro lado, a começar pelas Guerras da Coreia (1950-1953) e do Vietnã (1955-1975).

29 de agosto de 1949 – A URSS explode sua primeira bomba atômica.

1º de outubro de 1949 – As forças do Partido Comunista Chinês, lideradas por Mao Zedong (1893-1976), derrotam as do “generalíssimo” Chiang Kai-Shek (1887-1975), pondo fim a uma guerra civil que havia começado nos anos 1920; as hostilidades entre comunistas e nacionalistas haviam sido suspensas em 1937, por causa da invasão da China pelo Japão. Mao proclama a República Popular da China.

5 a 14 de outubro de 1952 – Em seu 19º Congresso, o partido muda seu nome para Partido Comunista da União Soviética (PCUS).

1953-1956

6 de março de 1953 – Stalin morre, aos 73 anos. Georgy Malenkov (1902-1988) se torna presidente do Conselho de Ministros. Em setembro, Nikita Kruchev (1894-1971) assume como primeiro-secretário do Partido Comunista.

12 de agosto de 1953 – A União Soviética explode sua primeira bomba de hidrogênio.

13 de março de 1954 – A União Soviética divide suas forças policiais e de segurança em dois organismos distintos, o Ministério de Assuntos Internos (MVD na sigla em

russo), responsável pela área criminal, e o Comitê para a Segurança do Estado (KGB), englobando a polícia política, as atividades de inteligência e contra-inteligência e proteção pessoal dos líderes do país.

8 de fevereiro de 1955 – Malenkov é substituído na presidência por Nikolai Bulganin (1895-1975), alinhado a Kruchev.

14 de maio de 1955 – Criação do Pacto de Varsóvia, aliança militar entre os países do Leste Europeu e a União Soviética. É uma resposta à entrada da Alemanha Ocidental na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), formada pelos Estados Unidos com países europeus em 1949.

14 a 25 de fevereiro de 1956 – 20º Congresso do Partido Comunista. No encerramento, em sessão a portas fechadas, Kruchev provoca comoção ao denunciar o regime de Stalin, particularmente pelos expurgos e processos contra militantes; ele condena o culto à personalidade e menciona o testamento de Lenin, que será finalmente publicado pouco depois. Seu discurso marca uma guinada na linha do partido, que fica conhecida como desestalinização ou “política do degelo”. A medida mais impactante é a liberação de milhares de prisioneiros políticos dos gulags (que serão extintos em janeiro de 1960), acompanhada de processos de reabilitação de militantes mortos nos expurgos. São abolidos os tribunais especiais subordinados aos organismos de segurança e cai o número de processos por crimes políticos. As reuniões do Comitê Central passam a ter divulgação pública (em forma de livro) e ocorre uma redução relativa da censura, tanto em termos de informações como na área cultural.

23 de outubro a 10 de novembro de 1956 – Na Hungria, manifestações transformam-se rapidamente numa revolução popular que derruba o governo. São formados conselhos revolucionários locais, que estabelecem um novo governo. Em 4 de novembro, o exército russo invade Budapeste e outras regiões do país. A resistência continua até dia 10, mas é massacrada. A URSS impõe um novo governo.

1957-1961

4 de outubro de 1957 – Os soviéticos lançam o Sputnik 1, primeiro satélite artificial a orbitar a Terra.

Março de 1958 – Bulganin é pressionado a demitir-se. Kruchev assume a presidência, acumulando o posto com o de secretário do partido.

1º a 8 de janeiro de 1959 – Vitória da Revolução Cubana. Guerrilheiros do Movimento 26 de Julho, liderados por Fidel Castro (1926-2016), derrubam o regime de Fulgencio Batista (1901-1973) e tomam o poder.

27 de janeiro a 5 de fevereiro de 1959 – 21º Congresso do Partido Comunista.

25 de janeiro de 1960 – O Ministério de Assuntos Internos extingue o sistema Gulag, que vinha sendo reduzido desde o “degelo” de Kruchev. Campos de trabalho forçado continuam a existir, mas não mais funcionam de forma centralizada.

12 de abril de 1961 – A URSS lança a espaçonave Vostok 1. O cosmonauta russo Yuri Gagarin (1934-1968) é o primeiro homem a viajar pelo espaço.

13 de agosto de 1961 – A Alemanha Oriental constrói o Muro de Berlim, separando a parte da cidade sob seu controle da parte sob domínio da Alemanha Ocidental.

17 a 31 de outubro de 1961 – 22º Congresso do Partido Comunista.

16 de março de 1963 – No comando da nave Vostok 6, Valentina Tereshkova (1937-) torna-se a primeira mulher a ir ao espaço.

1964-1981

14 de outubro de 1964 – Um golpe na cúpula dirigente do PC derruba Kruchev e instala Leonid Brejnev (1906-1982) no poder. Linha-dura, Brejnev reverte muitas das reformas liberalizantes de Kruchev em nome da estabilidade. Em seus 18 anos de governo, a URSS passa a intervir militarmente onde considerar sob ameaça sua influência ou o modelo soviético, como na Tchecoslováquia em 1968 e no Afeganistão em 1979.

29 de março a 8 de abril de 1966 – 23º Congresso do Partido Comunista, o primeiro com Brejnev como secretário-geral.

5 de janeiro a 21 de agosto de 1968 – Alexander Dubcek (1921-1992) torna-se primeiro-secretário do PC da Tchecoslováquia e em abril, apoiado por intelectuais do partido, anuncia uma série de reformas de abertura política e democratização – é a Primavera de Praga. Na noite de 20 para 21 de agosto, tropas da URSS e do Pacto de Varsóvia ocupam o país.

30 de março a 9 de abril de 1971 – 24º Congresso do Partido Comunista.

24 de fevereiro a 5 de março de 1976 – 25º Congresso do Partido Comunista.

24 de dezembro de 1979 a 15 de fevereiro de 1989 – Tropas soviéticas entram no Afeganistão para dar apoio à República Democrática do Afeganistão, governo socialista estabelecido em 1978, na tentativa de conter grupos guerrilheiros islâmicos contrários às suas reformas. A rebelião, apoiada pelos Estados Unidos, o Irã e o Paquistão, controla várias partes do país. Em nove anos de combate, os soviéticos não conseguem debelá-la e, por fim, se retiram.

23 de fevereiro a 3 de março de 1981 – 26º Congresso do Partido Comunista.

1982-1991

10 de novembro de 1982 – Brejnev morre. Dois dias depois, é substituído como secretário-geral do partido por Yuri Andropov (1914–1984).

9 de fevereiro de 1984 – Andropov morre. No dia 13, Konstantin Chernenko (1911-1985) assume a secretaria-geral.

10 de março de 1985 – Chernenko morre. No dia seguinte, Mikhail Gorbachev (1931-) torna-se secretário-geral.

25 de fevereiro a 6 de março de 1986 – No 27º Congresso do Partido Comunista, Gorbachev anuncia uma reforma para recuperar e abrir a economia, que fica conhecida como *perestroika* (reconstrução em russo). Entre as medidas estão o fim da planificação, restituição de terras a camponeses, restabelecimento limitado da propriedade privada, retorno das cooperativas e abertura parcial a empresas estrangeiras.

Janeiro de 1987 – Gorbachev anuncia seu pacote de reformas políticas, a *glasnost* (transparência) em reunião do Comitê Central do PC. Elas incluem a restauração paulatina do pluralismo político, libertação de presos políticos, relaxamento da censura, maior liberdade de expressão e direitos civis, criação de uma Assembleia Legislativa e adoção de um sistema presidencial. Um efeito da abertura é o retorno dos movimentos nacionalistas e independentistas nas várias repúblicas socialistas.

Junho de 1988 a agosto de 1990 – O PC aprova a proposta de Gorbachev de criação do Congresso dos Deputados do Povo da União Soviética e o novo Executivo é instituído no fim do ano, por emenda constitucional. As eleições, com múltiplos candidatos, ocorrem de março e abril de 1989. Em maio, Gorbachev torna-se presidente do Soviete Supremo e em março de 1990 o Congresso dos Deputados o elege primeiro presidente da URSS. No 28º Congresso do Partido Comunista (entre 2 e 13 de julho), Gorbachev é reeleito secretário-geral, mas isso não o impede de reduzir ainda mais o poder do PC, ao fazer aprovar uma mudança nos estatutos que abole seu monopólio sobre o poder. A medida, que abre uma brecha para o multipartidarismo, aumenta a insatisfação dos dirigentes comunistas mais conservadores, já alarmados com a abertura política.

9 de novembro de 1989 – A queda do muro de Berlim marca o fim da Guerra Fria. Começa o processo de reunificação da Alemanha, acompanhado de movimentos pela derrubada dos governos comunistas no Leste da Europa.

Junho de 1991 – Apresentando-se como candidato independente e crítico de Gorbachev, Boris Yeltsin (1931-2007) elege-se presidente da República Socialista Federativa Soviética da Rússia.

Agosto de 1991 – No dia 19, altos funcionários linha-dura do PC e da KGB dão um golpe de Estado e Gorbachev é capturado em sua residência de verão, na Crimeia. Em Moscou, Yeltsin convoca manifestações contra o golpe e consegue mobilizar a população, o que acaba frustrando o golpe. No dia 21, a maioria dos golpistas já fugira

da capital. No dia 24, Gorbachev renuncia à secretaria-geral do partido. No fim do ano, Yeltsin assume o controle dos ministérios e declara o PCUS ilegal na república russa.

Agosto a dezembro de 1991 – Em setembro, o Congresso dos Deputados se dissolve. As repúblicas bálticas, a Bielorrússia e a Ucrânia declaram independência da URSS. Em 8 de dezembro, os presidentes da Rússia, da Ucrânia e da Bielorrússia firmam um acordo em que declaram que a URSS já não existe e formam a Comunidade dos Estados Independentes (CEI) para sucedê-la. No dia 21, os líderes de 11 das repúblicas ainda ligadas à URSS confirmam seu desmembramento e consequente extinção.

25 e 26 de dezembro de 1991 – Gorbachev se demite como presidente, declara o cargo extinto e entrega o controle do Kremlin à presidência da recém-batizada Federação Russa. No dia seguinte, o Soviete Supremo declara formalmente que a União Soviética deixa de existir como Estado e vota sua própria extinção. A URSS dá origem a 15 países: Armênia, Azerbaijão, Belarus, Cazaquistão, Estônia, Geórgia, Letônia, Lituânia, Moldávia, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia e Uzbequistão.